

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SUZANE FAITA

MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM LAGES (1964-1985):
NOS RASTROS DAS TRAJETÓRIAS DE EDÉZIO, JAIME E JOÃO

Lages

2022

SUZANE FAITA

MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM LAGES (1964-1985):
NOS RASTROS DAS TRAJETÓRIAS DE EDÉZIO, JAIME E JOÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Processos Socioculturais em Educação.

Orientador: Prof. Doutor Geraldo Augusto Locks

Lages, 31 de março de 2022

Ficha Catalográfica

F174m Ffaita, Suzane.
Memória da ditadura civil-militar em Lages (1964-1985): nos rastros das trajetórias de Edézio, Jaime e João/Suzane Ffaita – Lages, SC, 2022.
85 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense.
Orientador: Geraldo Augusto Locks

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Golpe Civil-Militar. 3. Memória. 4. Educação. 5. Lages. I. Locks, Geraldo Augusto. II. Título.

CDD 981.063

Catálogo na Fonte: Biblioteca Central

SUZANE FAITA

**MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM LAGES (1964-1985):
NOS RASTROS DAS TRAJETÓRIAS DE EDÉZIO, JAIME E JOÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Processos Socioculturais em Educação.

Lages, 31 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks
Orientador e Presidente da Banca - PPGE/UNIPLAC

Prof. Dr. Norberto Dallabrida
Examinador Titular Externa - PPGE/UDESC

Profa. Dra. Maria Selma Groesch
Examinadora Titular Interna - PPGE/UNIPLAC

Para as pessoas que foram perseguidas, presas,
torturadas, mortas e desaparecidas pela ditadura civil-militar brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Geraldo, que foi peça fundamental no meu ingresso no mestrado. Ele acreditou em mim desde que foi meu professor no curso de Licenciatura em História. Pouco antes de encerrar o prazo para a inscrição no processo seletivo para o mestrado em 2019, nossas famílias se encontraram e ele, juntamente com a sua companheira Jô Antunes, convenceu-me a participar do processo seletivo. Durante o mestrado, Geraldo foi um orientador presente e realizamos muitas coisas juntos: estágio, estudos e eventos acadêmicos.

Aos meus amores, Andrey e Henrique. Sou muito grata ao universo por permitir que eu divida meus dias com pessoas tão maravilhosas. Tenho o privilégio de conviver com eles. Nossa casa é o nosso lugar preferido. Agradeço à minha mãe Juvilde e ao meu irmão Matheus, que sempre torcem por mim.

Tenho amigas e amigos maravilhosos que estiveram comigo nestes anos. Fiz também novas amizades no mestrado. Não poderia nominar todes,¹ mas devo agradecer à minha cunhada e amiga Ana Carolina que mesmo tendo uma tese para escrever, não deixou de dar atenção para as minhas questões teóricas. À historiadora Sara Nunes, amiga que sempre me incentivou. Mais que isso, que passou para as minhas mãos a principal fonte de pesquisa desta dissertação, o dossiê que inclui o Inquérito Policial Militar (IPM), a denúncia do Mistério Público e a sentença da Justiça Militar. Foi ela também que influenciou na escolha do professor Norberto para minha banca, um intelectual generoso.

À prima e amiga Rubia Carolina, pela revisão desse trabalho, e ao coordenador do mestrado, professor Jaime, com quem compartilho a resistência.

Às professoras e à secretária do mestrado, Tânia.

E por último, mas não menos importante, à Fapesc, pela bolsa de estudos.

¹ Todes - gênero neutro - é uma palavra que busca inclusão; utilizada para substituir o masculino genérico.

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta versão da Dissertação para a Defesa de Dissertação são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas.

Lages, de julho de 2022.

Suzane Faita

Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre: muito obrigado
São palavras que ainda te deixam dizer
Por ser homem bem disciplinado

(GONZAGUINHA, 1973)

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a realizar um levantamento dos fatos relacionados ao golpe civil-militar na cidade de Lages/SC, a partir de fontes escritas (documentos) e orais (entrevistas). O trabalho investigativo emerge do caminho percorrido pela pesquisadora desde a graduação: a ditadura civil-militar no contexto local e as memórias do período. A metodologia de análise é a história, na perspectiva teórica do materialismo histórico e dialético, que considera os indivíduos como sujeitos históricos participantes da sociedade. Compõem a análise documentos sensíveis, produzidos pelos órgãos de repressão, como o Inquérito Policial Militar e denúncias do Ministério Público Militar, além de memórias presentes no documentário “Geada de Chumbo, Memórias da Ditadura Militar em Lages” (2021). Discute-se a memória para, em um esforço teórico, compreender a relação da cidade com os acontecimentos da época. Representando os atingidos pela repressão, são apresentadas três trajetórias de presos políticos: Edézio Nery Caon, Jaime Garbelotto e João Rath de Oliveira. Procurou-se evidenciar aspectos de suas biografias, descrever interrogatórios e prisões, refletindo o que isto significou para suas vidas e para a sociedade local. Os três eram figuras conhecidas e ainda hoje são lembrados por diversos grupos sociais lageanos, porém, pouco se sabe a respeito das prisões na ocasião do golpe de 1964. A historiografia lageana não discute os fatos; sequer questiona a memória oficial, que ignora o período. O conhecimento produzido neste trabalho permite levar a discussão, com foco no contexto local, aos espaços educacionais. São apresentadas, ainda, considerações de que a repressão do golpe e da ditadura não ficaram concentradas nas capitais e nos grandes centros urbanos, mas grassaram pelo país afora. Compreende-se que não é possível ser preservado de um regime autoritário, que promoveu a perseguição aos opositores desde o princípio.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Golpe civil-militar. Memória. Lages. Educação.

ABSTRACT

This research aimed to carry out a survey of facts related to the civil-military coup in the town of Lages/SC, based on written (documents) and oral (interviews) sources. The investigative work emerges from the path taken by the researcher since college: the civil-military dictatorship in the local context and the memories of the period. The methodology of analysis is history, in the theoretical perspective of historical and dialectical materialism, which considers individuals as historical subjects participating in society. The analysis is made of sensitive documents produced by law enforcement agencies, such as the Military Police Inquiry and denunciations of the Military Public Ministry, as well as memories present in the documentary “Geada de Chumbo, Memórias da Ditadura Militar em Lages” (2021). Memory is discussed in order, in a theoretical effort, to understand the relationship between the town and the events of the time. Representing those affected by repression, three trajectories of political prisoners are presented: Edézio Nery Caon, Jaime Garbelotto, and João Rath de Oliveira. We sought to highlight aspects of their biographies, describe interrogations and arrests, reflecting what this meant for their lives and for the local society. The three were well-known figures and are still remembered today by various social groups in Lages; however, little is known about the prisons at the time of the 1964 coup. Lages’s historiography does not discuss the facts; it does not even question the official memory, which ignores the period. The knowledge produced in this work allows us to take the discussion, with a focus on the local context, to educational spaces. Considerations are also presented that the repression of the coup and the dictatorship were not concentrated in the capitals and large urban centers, but spread across the country. We understand that it is not possible to be preserved from an authoritarian regime, which had promoted the persecution of opponents from the beginning.

Keywords: Civil-military dictatorship. Civil-military coup. Memory. Lages. Education.

SUMÁRIO

1 A DESCOBERTA.....	15
1.1 É PRECISO DIZER	19
1.2 CONTEXTO DO <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	22
1.3 MÉTODO E METODOLOGIA	24
2 ABRINDO CAMINHO	30
3 APESAR DE VOCÊ	37
3.1 A DITADURA EM SANTA CATARINA	42
4 A POLÍTICA LAGEANA NA DÉCADA DE 1960	45
4.1 O CONTEXTO LAGEANO À ÉPOCA DO GOLPE.....	48
4.2 1964 E A ESTRATÉGIA DE SILENCIAMENTO PELA DITADURA EM LAGES.....	49
5 O PROFESSOR, ADVOGADO E JORNALISTA.....	57
6 UM LIVREIRO COM “CERTAS IDEIAS”	65
7 O COMUNISTA	71
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	80

1 A DESCOBERTA

Odeio os indiferentes.
 Creio, como Federico Hebbel, que “viver quer dizer tomar partido”.
 Não podem existir os que são apenas *homens*, estranhos à cidade
 Quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um
 lado.
 Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria, não é vida.
 Por isso odeio os indiferentes.

A indiferença é peso morto na história.
 É a bola de chumbo dos inovadores, é a matéria inerte na qual afundam
 rapidamente os entusiasmos mais esplêndidos [...]

A indiferença opera com força na história.
 Opera passivamente, mas opera. [...]

Odeio os indiferentes também porque me irrita o seu choramingar de
 eternos inocentes. [...]
 Vivo, tomo partido.
 Por isso odeio quem não o faz, odeio os indiferentes.

(GRAMSCI, 1917)²

A pesquisa apresentada nesta dissertação tem como tema a ditadura civil-militar brasileira (1964 a 1985) e está inserida na Linha de Pesquisa 2 do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE/UNIPLAC), intitulada Processos Socioculturais em Educação. A Linha 2 investiga elementos teórico-práticos educacionais historicamente situados e focaliza a educação nos processos socioculturais e políticas públicas em organizações, movimentos sociais e nos contextos educacionais.³ As discussões enfatizam os processos de educação não formais, mas do ponto de vista da educação formal, dialogam com a história, a ciência política e a sociologia. Percebe-se que a investigação da história e da memória são relevantes para a construção social e política da coletividade. Compreende-se, assim, que as reflexões proporcionadas integram uma educação para a democracia.

Embora a forma de escrita e a estrutura desta pesquisa não sejam as mais comuns neste programa de mestrado, essa opção está mais de acordo com o estilo de pensamento e escrita da pesquisadora. Estamos cientes de que se trata de uma ousadia, até uma rebeldia. No decorrer do texto serão cumpridos os requisitos necessários à escrita científica da dissertação. Nosso

² Gramsci traz em “Os Indiferentes” – que faz parte do livro “Odeio os indiferentes” (1917) – reflexões acerca dos rumos da história e de como aqueles que não se posicionam e não participam dos processos influenciam os acontecimentos. O não fazer, o abdicar da participação, faz com que outros escolham e decidam. A consequência disso leva à promulgação de leis e escolha de governantes que “só uma sublevação poderá derrubar”. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/02/11.htm> Acesso em: 21 jun. 2021.

³ Disponível em: https://www.uniplages.edu.br/mestrado_educacao/area. Acesso em: 03 fev. 2022.

objetivo é tornar a leitura mais atrativa e convidativa, sem perder o rigor metodológico e o aprofundamento das reflexões.

A cada seção apresentaremos uma epígrafe para melhor conduzir a leitura. A introdução recebeu o nome de A Descoberta, onde a história da pesquisadora é apresentada, bem como a iniciação na pesquisa científica, justificativa, objetivo geral e específicos. A operação histórica a que nos dedicamos nesta pesquisa “se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita” (CERTEAU, 1982, p. 57).

O lugar e o contexto do sujeito da pesquisa são muito caros à abordagem do materialismo histórico dialético; nela não há exterioridade na relação entre sujeito/objeto de pesquisa. O sujeito encontra-se profundamente afetado no processo de investigação, é parte do mesmo; o que não significa ausência do controle, ainda que relativo, da subjetividade, porque a pesquisa científica exige objetividade. Tampouco significa neutralidade.

Sobre a objetividade, convém observar:

O objeto da pesquisa tem, insista-se, uma experiência objetiva, que independe da consciência do pesquisador. Mas o objeto de Marx é a sociedade burguesa, um sistema de relações construído pelos homens, “o produto da ação recíproca dos homens (MARX, 2009, p. 244)”. Isto significa que a relação do sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de “neutralidade”, geralmente identificada com “objetividade” [...] (NETTO, 2011, p. 22-23).

Após iniciar a pesquisa a respeito da ditadura, no curso de Licenciatura em História, a pesquisadora pensava e verbalizava: “é como se a ditadura (fosse ela uma tempestade no termo literal) tivesse feito uma curva e desviado da cidade de Lages”. Ingenuidade. Não há como ser preservado de um regime autoritário. Nas idas ao Museu Histórico Thiago de Castro, instituição municipal vinculada à Fundação Cultural de Lages (FCL), para pesquisar nos jornais de 1964, a neblina que escondia os fatos históricos foi se dissipando. O contato com as fontes foi revelando a realidade. Ao final da licenciatura, um artigo sobre o tema foi publicado em um evento internacional.

Lages contava, em 1964, com três periódicos: *Jornal de Lajes*,⁴ *Guia Serrano*⁵ e *Correio Lageano*.⁶ Nenhum deles existe atualmente. A pesquisa se deu apenas dos dois primeiros, pois como jornalista no *Correio Lageano* (2003-2020), não era aconselhável que a pesquisadora fizesse dele uma fonte histórica para o tema. O assunto era delicado, pois entende-se que para seguir em atividade por tanto tempo e ter sobrevivido a censura imposta aos meios de comunicação, o jornal teria compactuado ou se omitido. Posteriormente, percebeu-se que o *Correio Lageano* não se opôs ao regime e manteve um bom relacionamento com os militares (GEADA DE CHUMBO, 2021). Tâmyta Rosa Favero (2013, p. 94), ao analisar os anos de 1974 e 1984 no *Correio Lageano* e na *Folha de São Paulo*, diz o seguinte: “Em 1974, a abordagem positiva da *Folha* e do *Correio* para com o tempo inaugurado em 1964 é inegável, mas em 1984 a *Folha* buscou encerrar aquele passado, enquanto o *Correio* manteve-se respeitoso com a ‘revolução’”.

Nos dois jornais pesquisados, *Jornal de Lajes* e *Guia Serrano*, há muitos registros de notícias e opiniões sobre o governo de João Goulart, o comunismo e a “revolução”.⁷ Percebeu-se, com isso, que Lages não esteve alheia aos fatos da época. Foi o começo de uma pesquisa que não se encerra aqui. Há muito ainda a desvendar. O pesquisador, conforme as reflexões do tcheco Karel Kosik (2002, p. 17), “[...] deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, “coisa em si”, e de que existe uma verdade oculta da coisa”. Essa história de Lages – sobre a ditadura – não foi escrita; está apenas na memória de pessoas e nos documentos históricos.

Não foi por acaso que a pesquisa se deu primeiro nos registros da imprensa. A pesquisadora trabalhou cerca de 20 anos na comunicação, sendo a maior parte no *Correio Lageano*. Assim, juntaram-se áreas afins: história, pesquisa e jornalismo. Após iniciar como

⁴ O *Jornal de Lajes*, que pertencia à família Caon e cujo diretor era Edézio Caon, era ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Diretório de Lages apoiava o presidente Jango e reformas propostas por ele (FAITA; COELHO, 2017).

⁵ O *Guia Serrano* era de propriedade da Mitra Diocesana de Lages. A primeira edição é de 1936 (Estado Novo) e o jornal encerrou as atividades na década de 1970 (Ditadura civil-militar). Na época era administrado pelo Padre José Waldemar e editado pelo Padre Ary Longhi. O jornal fazia campanha contra o governo de João Goulart e o comunismo (FAITA; COELHO, 2017).

⁶ O jornal foi fundado em 21 de outubro de 1939 e encerrou as atividades em 15 de março de 2020. Os primeiros proprietários foram João Ribas Ramos e Almiro Lustosa Teixeira de Freitas, os quais permaneceram até 1950. Em 11 de agosto de 1951, o jornal voltou a ser impresso pelos novos donos, José Paschoal Baggio, Sirth Nicolléli, Evilásio Nery Caon e Edézio Nery Caon. A pesquisadora foi funcionária de 2003 a 2020, tendo deixado o jornal para ingressar como bolsista no Mestrado em Educação.

⁷ A historiografia mostra que setores da sociedade civil compactuaram com a articulação do golpe, como partidos de direita, a Igreja Católica, empresários especialmente ligados à Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), a classe média, além dos Estados Unidos. Sobre a participação dos Estados Unidos e da classe empresarial paulista, ver os documentários: “O dia que durou 21 anos” e “Cidadão Boilesen”. Disponíveis, respectivamente, em: <https://youtu.be/uTk8T2fYSIk>; <https://youtu.be/yGxIA90xXeY>. Acesso em: 03 fev. 2022.

pesquisadora da ditadura civil-militar brasileira, publicou diversas reportagens relacionadas ao tema,⁸ uma vez que houve o entendimento da relevância em tratar desse assunto na atualidade.

Por conta do envolvimento com o tema, esteve em escolas públicas e privadas do município falando sobre o período. A experiência mostrou, na prática, a falta de conhecimento da comunidade escolar a respeito dos fatos do período. Outro importante projeto a respeito desse campo da história foi o de cinema,⁹ em uma parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC), UNIPLAC e Gerência Regional de Educação (GERED)¹⁰, que teve o intuito de discutir ditadura com adolescentes. Um pôster foi apresentado no XIII Encontro Estadual da Associação Nacional de História da ANPUH RS: "Cine Tortura - Os anos de chumbo da Ditadura Militar Brasileira através de filmes".¹¹ O reconhecimento da pesquisa se deu, também, na participação no Congresso Municipal de Educação de Lages, em 2018, onde os temas cinema e ditadura foram abordados. Na pesquisa para a exposição do acervo histórico do Correio Lageano em 2018, realizada por esta pesquisadora como parte das comemorações do lançamento do acervo digital, o tema regime militar não foi negligenciado. Essas informações são relevantes para reforçar o compromisso social com o tema, o interesse em discutir com a sociedade e a relevância em comunicar o conhecimento científico.

Por conta da pesquisa, integrou a equipe que produziu um documentário lançado em abril de 2021.¹² Foram muitas entrevistas e dezenas de horas de gravação.¹³ São depoimentos que ajudam a entender o contexto histórico e social de Lages. Integram a obra as memórias de familiares de pessoas presas em 1964 e integrantes da administração popular no município de Lages (1977-1982) em meio a um regime autoritário, cujo prefeito era Dirceu Carneiro, do

⁸ Destacam-se as reportagens que acompanham (e cobraram) a restituição de mandatos de deputados, entre esses o deputado lageano Evilásio Caon e o vice-governador na década de 1960. Foram publicadas entre 2018 e 2019, contando com resgate histórico. Disponíveis em: <https://clmais.com.br/projeto-pretende-restituir-mandato-de-deputados-cassados-na-ditadura-militar/>; <https://clmais.com.br/diplomas-dos-cassados-na-ditadura-serao-entregues-em-julho/>; <https://clmais.com.br/projeto-de-restituicao-de-mandatos-deve-ir-a-votacao/>; <https://clmais.com.br/assembleia-legislativa-de-santa-catarina-restitui-mandatos-de-politicos-cassados/>; <https://clmais.com.br/mandatos-de-deputados-sao-restituidos-em-sc/>; <https://clmais.com.br/em-santa-catarina-mandatos-de-cassados-na-decada-de-1960-serao-restituidos/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

⁹ Depois da exibição dos filmes, havia espaço para o debate. As obras exibidas na primeira fase do projeto foram: "A memória que me contam" (2013), com direção de Lúcia Murat, e "Cara ou Coroa" (2012), com direção de Ugo Giorgetti. Na segunda fase do projeto foram exibidos dois documentários: "Cidadão Boilesen" (2009), dirigido por Chaim Litewski, e "O Dia que durou 21 anos" (2013), de Camilo Tavares. Disponíveis em: https://old.uniplaclages.edu.br/noticias_visualiza/4294-mostra-de-cinema-discute-a-ditadura-militar-no-brasil/; <http://portal.revistavisao.com.br/post/22026/sesc-fara-mostra-de-cinema-sobre-a-ditadura-militar-no-brasil/>; <http://cl.cmais.com.br/variedades/89182/filmes-sobre-a-ditadura-militar-ser%C3%A3o-exibidos-no-sesc>.

¹⁰ Atualmente Coordenadoria Regional de Educação.

¹¹ Gustavo Cezar Waltrick e Suzane Fanta. Orientador: Carlos Alberto Bertaiolli. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2185_. Acesso em: 03 fev. 2022.

¹² O documentário foi codirigido com o cineasta lageano premiado Armin Reichert e com o fotógrafo Jary André Carneiro Júnior.

¹³ Todas as entrevistas têm a autorização, em áudio e vídeo, para sua divulgação.

Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esse trabalho cinematográfico está totalmente relacionado com o ingresso no Programa de Mestrado em Educação em 2020.

Todas as iniciativas de buscas e pesquisas descritas acima demandavam aprofundamento teórico e crítica histórica, política e pedagógica. Foi quando entrou em cena a possibilidade do mestrado. Dentre as diferentes abordagens teóricas pelas quais adentramos, como por exemplo, o positivismo, a fenomenologia e o materialismo histórico e dialético (TRIVIÑOS, 1987), optamos pela última. Ela se tornou nosso método de análise, animando o percurso reflexivo deste texto, como também animou muitos de nossos debates, nomeadamente no grupo de estudos “Educação e desenvolvimento regional: políticas e práticas” (GEDETER), da Linha de Pesquisa 2 já mencionada.

Movimento, totalidade, contradição, prática social, dialética, aparência/essência, história, sujeito histórico, entre outras, são categorias fundantes desta abordagem teórica. Como pensaram Karl Marx e Friedrich Engels (1986), a história em si não faz nada. História não luta nenhum tipo de luta. Quem luta são homens e mulheres reais que vivem e fazem história.

Benjamin (2012), ao discorrer sobre o conceito de história, defende a interpretação histórica pelo materialismo: “Só terá o dom de atizar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer”. Para ele, o “estado de exceção” em que vivemos – na tradição dos oprimidos – é a norma, e “temos de chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia”.

Não pela mera repetição, mas por seu significado na prática social, convém demonstrar nas palavras de Marx e Engels a relevância da consciência da história na história da sociedade: “Os homens fazem a história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com quem se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2007). A tradição do passado pesa sobre os ombros dos homens e mulheres do presente. Isso não quer dizer, porém, que não se possa mudar o curso da história; para tal, é necessário desenvolver a consciência de classe e o espírito revolucionário.

1.1 É PRECISO DIZER

Após as eleições de 2018, em que a extrema direita assumiu o Governo Federal no Brasil, são comuns reportagens em veículos de comunicação nacional e internacional e manifestações de intelectuais a respeito das declarações e medidas consideradas autoritárias e

que, em certa medida, ameaçam o Estado Democrático de Direito, conquistado no Brasil desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.¹⁴ O historiador Carlos Fico (2018), pesquisador sobre o tema, em entrevista a uma revista brasileira,¹⁵ afirmou que a onda conservadora acontece em todo o mundo e no caso do Brasil “[...] *pelo retorno dos militares à política, e isso não chega a ser uma surpresa, porque tivemos uma ditadura militar recentemente [...]*”. Afirmou, nesta mesma entrevista, e repetiu em 2019,¹⁶ que “*o governo Bolsonaro vai ser realmente uma mistura muito ruim de autoritarismo e inexperiência*”.

Quando fazemos estas reflexões, o mundo passa pela pandemia da COVID-19,¹⁷ e o governo brasileiro, mais uma vez, dá mostras de alimentar atitudes e comportamentos autoritários. No dia 19 de abril, comemora-se o dia do Índio e do Exército, e em 2020 o Presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido neste tempo da escrita), juntou-se a manifestantes aglomerados – a despeito de todas as recomendações das autoridades de saúde de isolamento físico – que pediam, mais uma vez, intervenção dos militares na política brasileira. A atitude foi criticada dentro e fora do país.¹⁸ Ele viria a repetir muitas outras vezes, durante 2020 e 2021, essas aglomerações.

O sentimento de nostalgia sobre o período militar está presente na sociedade brasileira, e não apenas em quem vai às ruas e defende o regime ou posiciona-se nas redes sociais. É, afinal, um período mal resolvido da nossa história. Pesou a absolvição das autoridades civis e militares que cometeram torturas e assassinatos. Considerando que cresce no mundo a influência da extrema direita,¹⁹ faz-se necessário discutir de forma mais abrangente o que foi aquele período e seus reflexos na atualidade.

¹⁴ Art. 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – soberania; II – cidadania; III – a dignidade a pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; pluralismo – político.

¹⁵ Entrevista para a revista *Época*. Disponível em: <https://epoca.globo.com/o-governo-bolsonaro-sera-uma-mistura-explosiva-de-autoritarismo-inexperiencia-avalia-historiador-carlos-fico-23207395>. Acesso em: 03 fev. 2022.

¹⁶ Declaração feita no *podcast* "Café da Manhã", do jornal Folha de São Paulo, em novembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2019/11/historiador-relembra-o-que-foi-o-ai-5-evocado-por-eduardo-bolsonaro-ouca.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2022.

¹⁷ Bolsonaro, seus filhos e seguidores desacreditam a ciência e a imprensa, em um movimento chamado negacionismo, visto por muitos como calculado e com intenções golpistas, como também negam os riscos do coronavírus, o aquecimento global e que o regime militar se constituiu em uma ditadura. A revista *Piauí* fez uma grande reportagem sobre o tema: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

¹⁸ Jornais internacionais repercutem ato de Bolsonaro. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/19/imprensa-internacional-repercutem-participacao-de-bolsonaro-em-ato-que-pedia-intervencao-militar.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2022.

¹⁹ Inglaterra, França, Alemanha e, mais recentemente, a Espanha, são alguns exemplos do crescimento de partidos de extrema direita que ganham força na Europa. Na Alemanha, pela primeira vez desde o fim da Segunda

Exemplos atuais não faltam e chamam a atenção pela continuidade. Em 2019 e 2020, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não contou com nenhuma questão a respeito do regime militar brasileiro, diferentemente das edições anteriores em que o tema foi abordado. O presidente Bolsonaro, em manifestações públicas, defendeu o regime autoritário e a tortura. Importante recordar sua fala como deputado federal, na votação do golpe²⁰ da presidenta Dilma Rousseff, em 2016:²¹ “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra²², o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”.²³ Foi uma declaração proferida antes de ser presidente, quando ainda não era mesmo candidato, porém, ao estruturar seu governo, optou por aumentar o número de integrantes das Forças Armadas,²⁴ constituindo 2.500 membros na chefia ou assessoramento dos ministérios. Em 2020, um levantamento do Tribunal de Contas da União identificou mais de 6 mil militares da ativa e da reserva ocupando cargos civis no governo federal. Vê-se o aparelhamento militar do Estado na ocupação de seus espaços de comando, controle e efetivação de suas políticas correspondentes.

Em novembro de 2019, o deputado federal por São Paulo, Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do Presidente da República, fez uma declaração²⁵ defendendo e propondo a instauração do Ato Institucional n° 5 (AI-5),²⁶ o mais duro golpe do regime militar. O general reformado do Exército e ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno Ribeiro, de 72 anos, também manifestou-se e aumentou o tom²⁷. “A força autoritária imprimida pelo AI-5 engendrou a radicalização do regime militar em 1968, aumentou e fortaleceu os poderes do Presidente da República. Não é à toa que seja desejado, atualmente, por políticos com perfis autoritários” (FAITA; LOCKS, 2021). O AI-5 dava poder ilimitados ao chefe do

Guerra Mundial, em 1945, um partido de extrema direita conquistou representantes no parlamento. A "Alternativa para a Alemanha" (*Alternative für Deutschland*, sigla AfD) é a terceira força do parlamento.

²⁰ Embora seguindo os ritos legais, tratado pela imprensa como *Impeachment*, consideramos como golpe de Estado.

²¹ Tal declaração motivou manifestação de repúdio de pessoas ligadas aos direitos humanos. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 03 fev. 2022.

²² Carlos Brilhante Ustra foi o único brasileiro declarado pela justiça como torturador no regime militar. Nasceu em 1932, em Santa Maria-RS, e morreu em 2015. Ajudou a institucionalizar a tortura no Brasil.

²³ Foi o trecho final do discurso de Bolsonaro, em meio a vaias e aplausos no Congresso Nacional.

²⁴ Para saber mais, ver reportagem de 2019 do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-amplia-presenca-de-militares-em-30-orgaos-federais.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2019.

²⁵ A fala aconteceu em uma entrevista para a jornalista Leda Nagle. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m_cyKtITpL4. Acesso em: 29 jan. 2020.

²⁶ Promulgado em 13 de dezembro de 1968, pelo presidente Costa e Silva.

²⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/11/10/novo-heleno-surpreende-ala-militar.htm>. Acesso em: 03 fev. 2020.

executivo, como “[...] decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais [...]”, além de suspender “a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular” (BRASIL, 1968).

Desde 1964, com o golpe civil-militar, parte dos integrantes do governo, da chamada “linha dura” das Forças Armadas, tinha a intenção de organizar um sistema de controle da sociedade. O uso das leis, por meio, especialmente dos Atos, mas também de decretos e emendas, pretendiam dar legalidade às medidas que, na prática, aumentavam os poderes do Executivo. A tortura era institucionalizada; para a polícia política do regime, era rotina o uso da violência (FAITA; LOCKS, 2021, p. 35).

É fundamental a defesa da democracia, dos direitos humanos e da cidadania, e isso é construído na coletividade. Discutir formas de retomar o assunto no ambiente acadêmico se faz necessário, pois pode promover uma reflexão e a criação de valores democráticos. É relevante recordar que o regime militar no Brasil foi um período marcado pela falta de liberdades individuais e coletivas, pela censura, repressão e tortura. “[...] baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes” (FICO, 2004, p. 36).

1.2 CONTEXTO DO *LOCUS* DA PESQUISA

O município de Lages, no Planalto Catarinense, vivenciou os fatos do golpe civil-militar (1964) e do regime militar (1964-1985), porém, esses acontecimentos aparentemente não fazem parte da história local e não integram as discussões nos espaços sociais, tampouco nas escolas. Pressupostamente, nem mesmo no âmbito do ensino superior. Entretanto, o acesso aos documentos remete a outro entendimento, de que Lages não ficou alheia aos fatos históricos do período. Essa aparência é a porta de entrada para o conhecimento da realidade, ou seja, dos fatos e acontecimentos da época e suas implicações na sociedade. Faz-se o percurso dialeticamente buscado o conhecimento do real. José Paulo Netto (2011), ao refletir sobre o método, lembra que Karl Marx diz que se a aparência dos fenômenos coincidissem com a sua essência, toda a ciência seria desnecessária, pois bastaria observar para compreender.

A principal cidade serrana é politicamente conservadora, haja vista a sua história política ligada às oligarquias rurais, como atesta a literatura, e a dificuldade de partidos progressistas e de esquerda elegerem candidaturas no modelo da democracia representativa. Como exceções

que confirmam a regra, identificamos o movimento petebista no início da década de 1960 e os dois governos do MDB nas décadas de 1970 e 1980. Engendra-se no contexto da democratização do estado e da sociedade brasileira, o Centro Vianei de Educação Popular, derivado de agentes que integraram a administração municipal de 1977/1982, conhecida como “A força do povo”, e de segmentos progressistas da Igreja Católica, com práticas sócio-políticas sob inspiração da Teologia da Libertação.²⁸ Esta organização não governamental teve forte influência na mobilização, organização e atuação junto aos movimentos sociais populares no meio rural do Planalto Catarinense.

Nas eleições gerais em 2018, a extrema direita fascista, fantasiada de liberal, foi a grande vencedora. Emplacou presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. O movimento ficou conhecido como Bolsonarista, com muitos adeptos no estado de Santa Catarina e na cidade de Lages, que realizaram carreatas e manifestações públicas de apoio ao candidato. Em Santa Catarina, 65,82% dos votos foram para Jair Messias Bolsonaro – na época filiado ao Partido Social Liberal – no primeiro turno e 75,92% no segundo. Lages seguiu a tendência, com 63,13% no primeiro turno e 73,83% no segundo. Antes das eleições, nas manifestações de 2016 pró-golpe da presidenta Dilma Rousseff (PT) e no movimento grevista de caminhoneiros em 2018, foram percebidos pedidos de intervenção militar. Existe, no município, forças sociais e políticas expressamente simpatizantes com regimes autoritários.

Deste contexto histórico complexo e instigante pontuado acima, emerge a pergunta de pesquisa a ser analisada nesta dissertação: inventariar memórias sobre a ditadura civil-militar em Lages-SC (1964-1985) poderia contribuir com uma releitura histórica crítica do período? O objetivo geral é investigar memórias sobre a ditadura civil-militar em Lages-SC, com vistas a uma releitura histórica crítica do período.

Foram estabelecidos como objetivos específicos: a) apresentar fatos inscritos nas memórias de pessoas (exibidas no documentário "Geada de Chumbo, Memórias da Ditadura Militar em Lages", de 2021) e nos documentos visitados; b) descrever três personagens da época, protagonistas do movimento de resistência e (re) existência ao regime militar em Lages; são eles: Edézio Nery Caon, Jaime Garbelotto e João Rath de Oliveira.

Na primeira seção, intitulada “A descoberta”, apresentamos a introdução e a metodologia de pesquisa. Na segunda, “Abrindo caminho”, abordamos as categorias memória

²⁸ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã católica nascida na América Latina na década de 1960. Faz uma análise crítica da realidade social, econômica e política e coloca os empobrecidos como protagonistas de suas lutas por libertação da opressão. Para aprofundar este tema, ver o primeiro tratado sobre esta abordagem teórica: GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

e história. Na terceira seção, nomeada “Apesar de você”, tratamos do contexto em 1964. Há ainda outras três seções que abordam personagens relevantes para a história de Lages e a memória do período: “Homem das letras”, “Um livreiro de 'certas ideias” e “Um comunista convicto”. As considerações finais compõem a última seção.

Em Lages, o período histórico de 1964 a 1985 é pouco abordado no espaço público e geralmente em âmbito nacional. Com o governo Bolsonaro, aumentaram os entraves ideológicos sobre o que realmente foi e implicou o regime militar brasileiro. Reitera-se que buscar elementos a partir das memórias e acontecimentos do período pode constituir um contraponto à narrativa dominante, incluindo a presença do discurso autoritário do atual Governo Federal, políticos de legislativos e segmentos sociais de extrema direita que advogam o retorno do regime militar, tendo o AI-5 como sua bandeira preferencial. Além disso, os fatos a serem conhecidos poderão confirmar, ou não, a presença de uma repressão aos opositores e uma resistência ao regime.

1.3 MÉTODO E METODOLOGIA

Este tema de pesquisa tem relação direta com o cotidiano da cidade de Lages no período pesquisado (passado e presente). Apesar disso, o caminho a percorrer é longo e tortuoso. Há muitos fatos desconhecidos. A realidade é vista por quem investiga sempre a partir de filtro, sua visão de mundo, teorias e valores. Por mais que a pesquisadora se afaste do objeto pesquisado, nunca se está suficientemente “longe” para minimizar os efeitos da subjetividade.

A "realidade" (familiar ou exótica) sempre é filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa (VELHO, 1980, p. 129).

É propósito desta pesquisa esse estranhamento, o olhar amplo e plural sobre o fato, buscando o contraditório. Considerando a subjetividade da investigação, não se pretende, de modo algum, encerrar as discussões sobre o tema, mas iniciá-las a partir desta análise. Conforme Gilberto Velho (1980, p. 131), é possível estranhar o familiar se houver a capacidade de “confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. [...] registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas, etc., permitindo remapeamentos da sociedade”.

Isto autoriza reiterar que não se pretende com esta investigação abarcar pretensamente a (re) construção da memória coletiva acerca da ditadura civil-militar brasileira em Lages, mas buscar indícios, evidências por meio de depoimentos, relatos e vivências de alguns personagens envolvidos direta ou indiretamente em processos ou fatos sociais e políticos ocorridos à época.

A abordagem teórica do materialismo histórico e dialético considera os indivíduos como sujeitos históricos participantes dos processos sociais e políticos de construção, reprodução, retrocessos ou de transformação da sociedade. Convém observar que:

A realização de pesquisas em qualquer área do conhecimento requer, obviamente, o domínio do método a ser utilizado. No entanto, o método não pode ser entendido como um conjunto de regras que irá conduzir o pesquisador no seu estudo. O método pressupõe uma teoria geral, a qual servirá de fundamento para análise dos dados da pesquisa (MASSON; FLACH, 2018, p. 8).

As pessoas envolvidas nos fatos da época, por suposto, não sabiam que eram parte da história e de seu papel relevante na construção dos processos sociais e políticos, muito embora participassem dos acontecimentos. Tratamos aqui de uma pesquisa histórico-social. A tentativa é entender e compreender a sociedade e os sujeitos sociais a partir da sua prática social – compreendida como critério de verdade – e por meio da produção material de suas vidas. Para conhecer cientificamente e filosoficamente a objetividade concreta, faz-se necessário a compreensão histórica. Para Marx (2003), acessar o real é conhecê-lo na sua historicidade, em seu contexto e em suas múltiplas determinações.

Na perspectiva de Marx (2003), pesquisar implica em percurso. É partir do real, do real concreto em sua realidade caótica do todo – pois a aparência dos fenômenos é a porta de entrada da investigação – que se inicia a investigação. O ponto de partida da observação imediata é a “realidade” como se apresenta. O real concreto é rico por se constituir em síntese de múltiplas determinações. O percurso segue por meio da análise, na qual vai-se caminhando para a decomposição das partes que compõem a totalidade, com suas contradições, até atingir a essência dos fenômenos. Este caminho se faz pela pesquisa (MARX, 2003).

No percurso de pesquisa descrito acima, o pesquisador tem a atribuição de reproduzir idealmente o movimento real do objeto pesquisado. No diálogo sujeito-objeto de pesquisa, deve-se partir do empírico por meio de um cuidadoso inventário das aparências, do que é dado imediatamente. O movimento intelectual, então, parte da aparência do objeto para alcançar a estrutura e o movimento do fenômeno. Pesquisar é abstrair o concreto para desvendá-lo; ou seja, sendo o objeto de pesquisa, como já dito, a sociedade e suas contradições, parte-se do que

ela aparenta para conhecer o real, a essência do fenômeno, tarefa essa que exige cuidado e observação para além do óbvio (aparência).

Segundo Flick (2009, p. 24), as pesquisas qualitativas exigem análises e reflexões para o desenvolvimento do processo de conhecimento. “Os objetos não são reduzidos a simples variáveis, mas sim representados em sua totalidade, dentro de seus contextos cotidianos. Portanto, os campos de estudo não são situações artificiais criadas em laboratório, mas sim práticas e interações dos sujeitos na vida cotidiana”.

Já do ponto de vista metodológico, ao investigar o período da ditadura civil-militar, intencionamos dar um lugar para esse passado. Não se trata somente de compreender o presente, mas de recolocar esse passado. Esse trabalho pretende dar visibilidade à parte da história e das memórias de um período localizado. Convém reforçar que a escrita historiográfica não é neutra, mas, sim, parcial e lacunar. Para Certeau (1982), há três vertentes no discurso da historiografia: o lugar de fala do sujeito que escreve; a pesquisa nos documentos, a organização das fontes; a escrita da história.

Em nosso ponto de partida do real concreto, utilizamos documentos escritos, o documentário "Geada de Chumbo"²⁹ e realizamos entrevistas com pessoas que conviveram com os três personagens dessa pesquisa. Foram entrevistados na perspectiva da história oral Raul José Matos de Arruda Filho e Edézio Henrique Waltrik Caon.

A história oral é uma metodologia na história relativamente nova, que remete aos anos 1950. O historiador francês Joutard (2000, p. 33),³⁰ ao refletir sobre a história, diz que a função desta “é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos [...], mas, há, ainda, o mundo operário e o camponês - e o dos emigrantes. [...] analfabetos e ao mundo da pobreza extrema [...] o mundo dos deficientes, das crianças; tudo que é humano é nosso”. Ela está intimamente ligada à memória e, assim como esta, requer exame crítico. Roseman (2000, p. 134), ao analisar os depoimentos dos sobreviventes do Holocausto, argumenta a importância de comparar declarações de testemunhas com outras fontes, o que não significa desrespeitar os sobreviventes, tampouco contestar a veracidade de suas memórias. “Ao contrário, contribui para iluminar os muitos processos da memória que procuramos compreender” (ROSEMAN, 2000, p. 134).

²⁹ O documentário tem 1h41 de duração, mas há material que ainda não foi divulgado que compõe o acervo disponível.

³⁰ Palestra proferida no X Congresso Internacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1998, que também integra o livro “História oral: desafios para o século XXI”.

A história oral, muito utilizada para as biografias, é uma ferramenta importante, como já descrito acima. Quando é possível confrontar depoimentos e outras fontes, o trabalho ganha relevância. Não significa descartar as informações obtidas nas entrevistas, mas refleti-las e questioná-las. Roseman (2000, p. 131), ao abordar o depoimento da experiência com uma sobrevivente alemã dos campos de concentração, lembra que “os registros escritos não podem ser tomados como 'evangelho', contra o qual o 'falho' depoimento oral pode ser considerado deficiente. Ao contrário, muitos dos informes da Gestapo e outros materiais eram elaborados para confundir”.

Os exemplos dos depoimentos dos sobreviventes do Holocausto e dos campos de concentração soviéticos na República Democrática Alemã (RDA) no pós-guerra, em “O fardo de falar sobre a perseguição nazista na Alemanha”, por Friedhelm Boll (2000), e “A integração de conhecimentos históricos na narrativa da própria vida: entrevistas com prisioneiros dos campos soviéticos entre 1945 e 1950 na Alemanha”, por Anne Kaminsky (2000), assim como os estudos de Roseman (2000), ajudam-nos a compreender as delimitações e possibilidades da história oral e do uso da memória de participantes de processos históricos. Embora nosso tema seja outro, também abordarmos ditadura e memórias traumáticas e nos valem de depoimentos orais e documentos escritos.

Os documentos analisados nesta pesquisa são um compilado do processo de indenização³¹ (Comissão Especial de Indenização dos Ex-presos Políticos, instituída pela lei estadual nº 10.719/98) que alguns presos de 1964 iniciaram na década de 1990. Este material contém os Inquéritos Policiais Militares (IPM) e a sentença, de 1969, que inocentou os que foram acusados. A ditadura civil-militar dispõe de um acervo documental disponível on-line aos pesquisadores. No site do Arquivo Nacional é possível acessar diversos tipos de documentos, incluindo os IPM, processos na Justiça Militar, fotografias, cartas, mapas, entre outros. São informações, conforme descrito no site, sobre “repressão política no período 1964-1985, custodiado por diferentes entidades brasileiras” (ARQUIVO NACIONAL).

O estudo de documentos “sensíveis”, como os gerados pelos órgãos de repressão e controle do regime, requer o cuidado de refletir o que é apresentado. As informações contidas nestes registros, como afirma Joffily (2014, p. 4), são “gerados em um contexto de perseguição política, campo no qual é comum a sobrevalorização da suspeita, e o uso distorcido de informações sobre o oponente, com vistas à autossustentação do regime autoritário”. Há uma

³¹ Esse processo foi repassado pela historiadora e pesquisadora Sara Nunes, que teve acesso ao material com uma das vítimas, já falecida, João Rath. Outro dossiê semelhante foi encaminhado a autora dessa dissertação pelo filho de uma das vítimas.

tendência desses documentos supervalorizarem a suspeita, antes mesmo de disporem de provas. Cabe a quem pesquisa um olhar atento, ponderando que os interrogatórios são uma disputa entre interrogado e inquisidor, havendo nesse confronto as estratégias de um lado de não revelar e do outro de confirmar a suspeita (JOFFILY, 2014, p.16).

No Museu Thiago de Castro, em Lages, encontra-se uma série de documentos que nos auxiliam, como registros fotográficos e jornais da época. A Fundação Catarinense de Cultura dispõe de um acervo de jornais e revistas digitalizados,³² com livre acesso aos pesquisadores. O arquivo da Câmara Municipal de Lages contribui para o conhecimento de atos (arbitrários ou não) legislativos e administrativos do período.

Segundo Gil (2002, p. 45), a pesquisa documental utiliza fontes diversas, “[...] há, de um lado, os documentos “de primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas [...]” O autor diz ainda sobre os documentos: “[...] subsistem ao longo do tempo, torna-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2002, p. 45).

Os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei 12528/2011³³ e instituída em 16 de maio de 2012, constituem importante fonte histórica. Bastante divulgada à época, a CNV (2014) apurou violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em 10 de dezembro de 2014, encerrou as atividades, que eram temporárias, e entregou o relatório final. Os estados da federação também organizaram suas comissões; em Santa Catarina, com a CNV, recebeu o nome de Paulo Stuart Wright.³⁴

No âmbito da análise do material empírico, a metodologia é pautada na história e a concepção teórica da abordagem é o materialismo histórico e dialético, como já mencionado. No marxismo, as reflexões devem ser “baseadas, na pesquisa social, no materialismo histórico” (TRIVIÑOS, 1987, p. 74). O cotidiano e as práticas sociais no contexto histórico em que estão inseridos fazem parte das escolhas desta pesquisa. Os sujeitos inseridos na sociedade e suas

³² Apenas as edições de 1939 a 1965 do jornal Correio Lageano (1939-2020) estão disponíveis para pesquisa.

³³ "Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional." Importante destacar que a lei foi assinada pela presidenta Dilma Rousseff, presa e torturada pelo regime militar.

³⁴ Deputado estadual cassado e desaparecido durante o regime militar, natural de Joaçaba, oeste catarinense, operário e sociólogo. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/paulo-stuart-wright/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

singularidades são partes da totalidade que convém investigar. O enfoque qualitativo valoriza os processos e características em que o pesquisador participa da coleta de dados, fazendo indagações e refletindo os resultados.

Neste modelo de estudo, a subjetividade está presente tanto no pesquisador como nos sujeitos pesquisados. Por se tratar de uma pesquisa que pretende abordar a história e as memórias de um período, em que pesam censuras, perseguições, prisões, torturas e desaparecimentos, não nos parece adequado quantificar resultados, mas valorizar o processo reflexivo do conhecimento. Flick (2009, p. 25) explica que “os pontos de vista subjetivos constituem um primeiro ponto de partida”.

No que se refere às prisões de 1964, destacamos que os presos citados em documentos que tivemos acesso não são somente de Lages, mas do Planalto Sul Catarinense. Definimos aprofundar a investigação das trajetórias de Edézio Nery Caon, Jaime Garbelotto e João Rath de Oliveira por razões diversas: ainda que todos falecidos, estão presentes na memória de seus familiares e segmentos sociais e políticos atuais; foram intelectuais forjadores de opinião pública por meio de jornais ou engajados em partidos políticos; todos foram afetados pelo golpe civil-militar. O primeiro, diretor do Jornal de Lajes, foi preso em Lages e levado para Florianópolis, onde foi indiciado pela Lei de Imprensa. O segundo, ao que tudo indica, foi filiado ao partido comunista em Lages, preso e levado à capital do estado e indicado pela Lei de Segurança Nacional;³⁵ o terceiro foi um dos fundadores do PTB, dono de uma livraria, figura conhecida e reconhecida na sociedade lageana, que acabou deixando o serviço público por perseguição política.

Essa investigação estará focada nos registros do IPM, ao qual temos acesso. Entretanto fizemos buscas no banco de dados do Arquivo Nacional - acervo Memórias Reveladas - e os resultados serão compartilhados para facilitar o acesso a interessados no tema de pesquisa. Ao buscar por João Rath de Oliveira, dois documentos foram encontrados, de duas coleções: Serviço Nacional de Informação (SNI) e CNV. O documento da CNV é uma lista, de 3.496 páginas, com nomes de pessoas. O material do SNI, cujo assunto é “atividades subversivas em Lages/SC”, tem 82 páginas e é descrito como confidencial.

A busca por Edézio Nery Caon, no mesmo banco de dados, teve de ser feita em duas etapas por haver divergências na escrita do nome. Na primeira busca, o documento encontrado, com 261 páginas, não possui informações sobre o pesquisado. Trata-se do processo de cassação

³⁵ A Lei de Segurança Nacional, de 1935 - ditadura do Estado Novo -, definia crimes contra à ordem política e social e foi mantida nas constituições de 1946, 1967 e 1988.

do mandato do deputado estadual, seu irmão, Evilásio Nery Caon (MDB).³⁶ Em outra busca verificou-se que estão disponíveis quatro arquivos: três do SNI, sendo um deles o já citado “atividades subversivas em Lages-SC”, e um que não abre para verificação, mas que parece tratar-se de uma lista de advogados que defenderam “subversivos”, datado do ano de 1987. O dossiê da CNV e o da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça são idênticos. Contendo 107 páginas, indicam os nomes por ordem alfabética das pessoas que respondem na jurisdição do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Santa Catarina, já relacionado neste texto.

Ao buscarmos por Jaime Garbelotto, foram localizados 22 arquivos divididos em dez Fundos. A maior parte dos documentos são repetidos e referem-se à lista de pessoas atingidas pelos atos do regime com a perda do emprego público. Assim como os outros investigados nesta pesquisa, um arquivo refere-se a “atividades subversivas em Lages”.

Eis o nosso percurso de pesquisa no que tange os três personagens: encontramos na partida um real concreto caótico. Entendemos, porém, que eles compõem uma totalidade com suas contradições; foi quando iniciamos o exercício de reproduzir idealmente o movimento real do objeto pesquisado e enfrentar o desafio de realizar um cuidadoso inventário das aparências. De fato, passamos a nos inserir no movimento intelectual que parte da aparência do objeto para alcançar a estrutura e o movimento do fenômeno, na busca de indícios da memória coletiva da ditadura civil-miliar em Lages.

A pesquisa passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética número 52422821.2.0000.5368.

2 ABRINDO CAMINHO

Rosa: Em Auschwitz, eu me escondia sob o assoalho do barracão. Era o meu refúgio. Assim como aqui embaixo. Eu tinha a sua idade.

Momo: “Aswitch?”

Rosa: Esse nome não significa nada para você. Melhor assim. Não preste atenção no que eu digo. Sou uma velhinha agora (LA VITA DAVANTI A SÉ, 2020).

Rosa chama Momo e mostra uma foto amarelada. Uma casa, um pátio e duas árvores bonitas. Ela conta que antes da guerra os pais alugaram uma casa com quintal, perto de Viareggio, na Itália. As árvores mimosas ficavam floridas na primavera e eram tão lindas que ela até chorava. E então ela diz, “eu trocaria todas as minhas memórias por esta”. O filme “*La*

³⁶ Deputado do MDB, cassado pelo AI-5 em 1969. Natural de Lages, era advogado. Foi filiado ao PTB, apoiador de João Goulart. Morreu em 1997.

vita davanti a sé” (2020), intitulado no Brasil como "Rosa e Momo", traz o encontro de uma mulher judia, sobrevivente de um campo de concentração durante o regime nazista, e um menino órfão muçulmano senegalês. Esse recorte nos chama a atenção para as memórias pessoais enquanto fonte histórica e, também, para o uso que o cinema faz da memória para suas narrativas.

A memória através do tempo foi objeto de curiosidade, observação e estudo. "Na mitologia grega, *mnemosyne* (memória) era [...] responsável pela inspiração dos poetas no sentido de dar a eles o poder de lembrar as coisas passadas" (OTTO, 2012, p. 26). Na Grécia Arcaica, no mito da origem, *Mnemósine* é uma titânide, filha de Gaia (terra) e Urano (céu). O nome vem de *mimnéskein*, no grego, e quer dizer lembrar-se. Do encontro de *Mnemósine* e Zeus, filho do titã Cronos, nascem nove filhas: Calíope, musa da eloquência e da poesia heróica; Clio, musa da história; Érato, musa da poesia lírica e erótica; Euterpe, musa da música; Melpômene, musa da tragédia; Polímnia, musa da poesia sagrada; Terpsícore, musa da dança; Talia, musa da comédia e festividade; e Urânia, musa da astronomia. Cabia a *Mnemósine* oferecer aos aedos (poetas) a inspiração.

Lembra os homens a recordação dos heróis e de seus altos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é, pois, um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho ou é do futuro. É a testemunha inspirada dos “tempos antigos” da Idade Heroica e, por isso da idade das origens (LE GOFF, 2013, p. 400-401).

Antes de ser escrita, a memória foi falada. Le Goff (2013, p. 391) apresenta um estudo sobre a memória que inclui: a memória étnica na sociedade sem escrita, dita selvagem; o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da pré-história à antiguidade à memória medieval; e equilíbrio entre o oral e o escrito, os processos da memória escrita do século XVI aos nossos dias e desenvolvimentos atuais da memória.

A atividade mnésica tem relevância, também, fora da escrita, pois a memória faz parte da vida cotidiana dos povos com ou sem escrita. Existem diferenças entre cultura com escrita e sem escrita de uma forma não preconceituosa, mas "a verdade é que a cultura dos homens sem escrita é diferente, mas não absolutamente diversa" (LE GOFF, 2013, p. 392).

Para além das sociedades sem escrita, há também os grupos que valorizam a oralidade. Há a preocupação de transmitir conhecimento, manter “viva” a história de um lugar, de uma coletividade. Nesses casos, a memória coletiva não é mecânica, não se trabalha a rememoração palavra por palavra, mas sim uma narrativa dos acontecimentos.

Na Idade Média, a memória está nos ensinamentos cristãos e na sociedade que via nos idosos, para usar um termo atual, pessoas com utilidade e com prestígio, por terem a capacidade de recordar. No século XIX e início do século XX, dois fenômenos da memória coletiva são relevantes: após a Primeira Guerra Mundial é construído um monumento aos mortos, o Túmulo do Soldado Desconhecido, que chama a atenção à memória comum; e a fotografia, que se populariza e permite "guardar a memória" (LE GOFF, 2013).

Cabe ressaltar a contribuição das ciências sociais para o estudo da memória. Na sociologia, com a publicação de "A Memória Coletiva", de Maurice Halbwachs,³⁷ em 1950. Na psicologia social, com os estudos sobre mentalidades. Na antropologia, a memória passa a ser um conceito útil aos estudos das realidades das sociedades. "A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente ao futuro", (LE GOFF, 2013, p. 436).

Clarícia Otto (2012, p. 29) destaca duas importantes contribuições de Halbwachs: a reflexão sobre as diferenças entre memória e história e o aspecto social da memória. A memória é um acontecimento social e, por isso, coletivo. Para conservar essas lembranças, de experiências vividas, de um tempo e um espaço, "é porque um indivíduo se serviu de 'campos de significação', de quadros sociais que funcionaram como pontas de *iceberg* no processo de rememoração. Aquilo que *a priori* se pensa ser algo tão somente individual [...]" (OTTO, 2012, p. 29).

Memória coletiva e individual são dois conceitos intimamente relacionados. A memória coletiva reúne as lembranças dos indivíduos, mas não se confunde com elas. Por outro lado, a memória individual não permanece isolada, está conectada com a memória grupal. Nossas lembranças se sustentam nas dos outros, ou seja, na coletividade. Para acessar um fato passado, apoiamos-nos em nossas próprias recordações, contudo, não somente, mas também nas lembranças dos outros que de alguma forma estão ligados a nós. Porque, na realidade, nunca estamos sós. Somos forjados no coletivo e nas informações de grupos sociais desde a nossa infância, com a família, depois a escola, os amigos e os diversos grupos sociais aos quais, com o passar do tempo, vamos nos filiando (HALBAWACHS, 1990).

Os quadros da memória, dos grupos sociais, vão além de nomes e datas; representam pensamentos, experiências, onde, segundo Halbwachs, encontramos o passado. Esse passado,

³⁷ Nasceu em 1877, na França. Em julho de 1944 foi preso pela Gestapo (polícia nazista) e morreu em 1945 no campo de concentração de Buchenwald, na Alemanha. "De família universitária, criança inteligente e compenetrada que lia Júlio Verne com um atlas [...]", introdução do livro "A Memória Coletiva", escrita por J. Michel Alexandre (1990).

que vem à tona pela memória, parte do coletivo, mesmo que o indivíduo não tenha vivido o tempo, porque essas informações são repassadas, por exemplo, pelos parentes mais velhos. Assim, constitui-se a memória, individual, porém intimamente ligada ao coletivo. O autor vai dizer ainda que “não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória” (HALBACHS, 1990). O convívio e os hábitos do coletivo pertencente têm importância na construção das lembranças dos indivíduos. A memória coletiva é uma construção que reúne um ou mais grupos dos fatos e acontecimentos, de interpretações do pretérito.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para que eles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstituída (HALBACHS, 1990, p. 22).

Michael Pollak (1989, p. 4) vai tratar das memórias que estão à margem e defende a relevância delas, as memórias subterrâneas, que segundo o autor são “integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional”. Em uma crítica a Halbwachs, Pollak (1989, p. 4) diz que o estudo da memória do ponto de vista, ou de partida, dos excluídos, dos dominados, opõe-se e “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”. Halbwachs aponta, contudo, que há tantas memórias coletivas quantos grupos sociais existentes.

Para a reconstituição das memórias é preciso um esforço e ele acontece no presente quando essas memórias são acionadas. Ecléa Bosi (1987) afirma que a memória pode estar mais ligada ao familiar, à vida privada ou pública, como os fatos políticos. Não raro, jovens ou adultos que viveram entre 1964 e 1985 lembram somente dos fatos mais íntimos, como nascimento dos filhos, casamento de um irmão, uma música que tocava no rádio, enfim, fatos do cotidiano. Outros, no entanto, mesmo não estando envolvidos com a resistência contra a ditadura, vão recordar a censura, a repressão, os movimentos pela democracia.

Nossa vivência demonstra que dois tempos relevantes da ditadura ganham proeminência na memória coletiva: a) o tempo da repressão, tortura, perseguições, prisões, assassinatos e exílio; b) os atos de resistência, organizações de denúncia, atos públicos, emergência de movimentos e organizações da sociedade civil protagonistas do declínio do regime e do processo de redemocratização do estado e da sociedade civil.

Ao citar Halbwachs, Bosi (1987, p. 335) reforça que a cada memória individual é um ponto de vista a respeito da memória coletiva: “Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual”. Ao mesmo tempo que acontece a rememoração, que Bosi denomina de memória-trabalho, esse quadro pode se alterar em um trabalho de evocação. A autora argumenta que os velhos, diferentemente dos adultos ativos, envolvidos com a vida prática, têm na memória um trabalho. Eles fazem da lembrança uma atividade laboral. As lembranças precisam ser trazidas à tona. “Note-se a coerência do pensamento de Halbwachs: o que rege em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra” (BOSI, 1987, p. 23).

Halbwachs sugere que existe um acordo, ou um pacto, entre as memórias coletiva e individual, além de reforçar a seletividade das memórias. Pollak (1989, p. 13) defende que “[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida”.

Quando observamos o campo empírico de nosso objeto de pesquisa – o real concreto caótico –, percebemos que no contexto lageano o período ditatorial não está isento de memória. Ou seja, há memória do período, especialmente a memória oficial, que trata de um período de crescimento econômico. Isso porque o período é mais discutido e percebido nas especificidades locais do período áureo da exploração da madeira. As décadas de 1940 - 1960 são vistas no imaginário regional como um período a ser celebrado e ao qual a sociedade quer retornar, onde havia emprego e desenvolvimento econômico, embora pesquisas a partir de 1980 questionem a memória unicamente positiva desse período e abordem a destruição ambiental, o êxodo rural, o aumento da periferia na cidade e o empobrecimento da população.

Os anos de 50 e 60 foram o auge da exploração da madeira na região, com a exceção de uma crise no setor em 1952, forma anos de um considerável aumento da circulação de dinheiro, de investimentos públicos na urbanização, intervenção pública na construção de hospitais, colégios, estradas, do sistema de aviação, aumentos dos bairros e da periferia, do crescimento dos problemas sociais, com falta de moradia, violência e prostituição (PEIXER, 2002, p. 146).

A memória é um campo em disputa não apenas no presente. É algo que vemos com frequência, especialmente em momentos de autoritarismo. É como aquela brincadeira do “cabo de guerra”, duas forças opostas em contestação. Em momentos de crise, as memórias que “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio” acabam sendo reveladas. “Os objetos de

pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes” (POLLAK, 1989, p. 4).

Existem as memórias “proibida” e “clandestina”, aquilo que o grupo dominante não quer que seja lembrado. Afirma-se isso considerando que a sociedade é feita de oprimidos e opressores (FREIRE, 1989), por mais que a ideologia, no sentido marxiano, que tem o domínio da memória, nem sempre seja capaz de conter as “memórias subterrâneas”. Em algum momento as lembranças desses grupos dominados vem à tona. As memórias subterrâneas, quando emergem, inevitavelmente invadem o espaço público e opõem-se aos discursos oficiais, sejam do Estado ou das classes dominantes. A oposição se dá não somente entre memórias subterrâneas versus memórias oficiais, mas contrapondo-se às memórias da classe dominante.

Ainda que quase sempre acreditem que o “tempo trabalha a seu favor” e que “o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo”, os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência (POLLAK, 1989, p. 9).

A memória traz consigo esquecimento e silêncio. Muitas vozes são caladas e, por conseguinte, suas lembranças. Há também traumas que grupos e pessoas preferem silenciar. Pollak (1989, p. 6), ao trazer exemplos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas que retornaram à Alemanha ou à Áustria, observa que o silêncio está ligado ao fato de as vítimas terem de conviver com pessoas e grupos que acompanharam as deportações.

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK, 1989, p. 6)

Para falar, é preciso ter uma escuta. Quem quer ouvir sobre colaboradores, sobre perseguições que indivíduos sofreram, quando se está redemocratizando um país? "Nesse sentido, saber ouvir é um ato de respeito ao outro e um exercício de cidadania" (OTTO, 2012, p. 39). Na Alemanha e na Áustria pós-guerra, logo deixou-se de escutar as histórias dos sobreviventes dos campos de concentração. “A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais” (POLLAK, 1989, p. 6).

Mas por que as pessoas preferem não dizer? Porque há uma função do “não dito”. Pode ser o Estado negando esse espaço de fala ou quem viveu os períodos e fatos traumáticos optando

em se calar. As memórias podem ser: “proibidas”, quando o Estado controla o que será ou não lembrado; “indizíveis”, quando aquele fato causa constrangimento na sociedade; ou “vergonhosas”. Há uma fronteira que separa o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável (POLLAK, 1989, p.6).

O silêncio pode ser escolha e não esquecimento; muitas vezes, pensando na sua relação social, no presente. Alguns grupos não tinham voz antes de acontecimentos traumáticos, e nem durante ou depois. Pollak (1989) destaca os criminosos, as prostitutas, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais que não tinham voz antes dos horrores da guerra e não o tiveram posteriormente. No caso do Brasil, podemos destacar, desde sempre até a atualidade, diversos grupos que pouco são ouvidos, entre eles os empobrecidos, os trabalhadores, os negros, os indígenas, a população LGBTQIA+, as mulheres, os sem-terra e os sem-teto. Esses grupos praticamente não têm voz, pois a repressão a que estão sujeitos é parte intrínseca do modo de sociabilidade capitalista hegemônico.

É trabalho dos historiadores a “memória enquadrada” ou o “enquadramento da memória”; quem se propõe a escrever história pode negar o direito à voz de grupos marginalizados e não possuir um olhar sensível para as “memórias subterrâneas”, embora essas memórias sejam mais difíceis de serem localizadas fora de momentos de crise (OTTO, 2012, p.31; POLLAK, 1989, p.2). No que se refere a Lages, *locus* do nosso estudo, essas vozes são silenciadas no espaço público. Fazer emergir as memórias subterrâneas é confrontar diretamente a memória oficial. São lembranças que se relacionam com fatos que a sociedade dominante e os poderes políticos conservadores não querem repercutir.

Como reflete a historiadora e antropóloga brasileira Lilia Schwarcz (2019, p.16), a história oficial tem um papel relevante nas políticas de Estado, valorizando determinados eventos ao mesmo tempo que abrandando períodos, geralmente aqueles que estão relacionados a situações mais dramáticas, “problemas que a nação vivenciou, mas prefere esquecer, cujas raízes ainda encontram repercussão no tempo presente”. Para a autora, quando o silêncio persiste é porque há barulho e incômodo. No que se refere ao tempo presente e às narrativas que estão sendo construídas e reconstruídas, podemos afirmar que “projetos autoritários têm a capacidade de recriar o passado e obscurecer o papel das populações que viveram e criaram outras histórias” (SCHWARCZ, 2019, p.39).

3 APESAR DE VOCÊ

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão

A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu

Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão

Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão

Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia

Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia

Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar [...]

(BUARQUE, 1978)³⁸

No século XX o Brasil viveu dois períodos ditatoriais; primeiro, com Getúlio Vargas e a Ditadura do Estado Novo (1937-1945) e segundo, com os militares (1964 a 1985). Em mais de 130 anos de República, foram 30 anos de regime autoritário, embora alguns pesquisadores entendam os anos de 1934 a 1937 como um período prévio do que viria a seguir com o golpe de 1937. Há também que considerar que no início do século, primeiros anos da República, havia uma descrença com as eleições. O voto não era direito de todos, excluindo analfabetos e mulheres; “[...] o voto não era obrigatório e o povo, em regra, encarava a política como um jogo entre os grandes ou uma troca de favores” (FAUSTO, 2006, p. 148).

Após o fim do Estado Novo, o país viveu de 1945 a 1964 um período democrático, não sem turbulência e ameaças. A posse de Juscelino Kubitschek como presidente em 1956 foi uma articulação em defesa da legalidade; o ataque à democracia já estava embrionado. Havia uma direita civil patrocinadora do golpe que estava se animando com a instabilidade política do período. Com a morte de Vargas, em 1954, assumiu o vice Café Filho, no fim do ano seguinte,

³⁸ Do álbum "Chico Buarque", de 1978, escrita e composta por Chico Buarque.

no meio de uma turbulência política e social. Tendo adoecido, foi afastado, e em seu lugar assumiu o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Uma série de acontecimentos estava levando a uma ruptura constitucional. “Os objetivos dos conspiradores civis e militares era dissolver o Congresso, intervir no Judiciário e impor à população a presença de um militar na presidência da República” (FERREIRA, 2006, p. 50). Em uma manobra pela legalidade, encabeçada pelo general Henrique Teixeira Lott, em um acordo entre militares legalistas e o Partido Social Democrático (PSD), permitiu a Câmara dos Deputados eleger outro presidente da República: o lageano Nereu Ramos, que passou para a história como o único presidente nascido em solo catarinense. Ele ficou no poder até 31 de janeiro de 1956, quando passou a faixa presidencial para o mineiro Juscelino Kubitschek (PSD), eleito para o cargo, tendo como vice João Goulart (PTB).

O que os episódios narrados acima, de forma bastante sucinta, nos mostram? Que um golpe, como o de 1964, não acontece por acaso, nem de um dia para outro. As forças políticas, sociais e econômicas, que consideramos o conjunto da classe dominante, estavam articulando e esperando o melhor momento, e os militares, desde a Proclamação da República, sempre estiveram envolvidos com questões políticas. Ingenuidade achar que eles estiveram, ou estão, restritos à caserna. Não se pode ignorar que o Brasil sempre teve lugar importante na geopolítica mundial, sob a lógica do imperialismo norte-americano, desde que o país do norte se tornou uma potência mundial.

João Belchior Marques Goulart (PTB) chegou ao poder após a renúncia de Jânio Quadros (PDC). O gaúcho de São Borja, ex-ministro do trabalho de Vargas e vice-presidente³⁹ de Juscelino, não era figura bem-vista entre os setores conservadores da sociedade brasileira. Quando o presidente Jânio renunciou, Jango estava em visita à China. Uma manobra que envolveu setores conservadores mudou o sistema presidencialista para parlamentarista, com o objetivo de impedir que o herdeiro político de Getúlio Vargas governasse com plenos poderes. “Logo nas semanas iniciais do seu governo, começou a conspiração civil-militar articulada pelos grupos políticos mais conservadores e direitistas” (FERREIRA, 2006, p. 97), porém ainda não havia apoio da sociedade, nem da maioria da Forças Armadas, para destituir o governo legítimo.

Após um plebiscito em janeiro de 1963, Jango assumiu seus poderes, pois o parlamentarismo havia sido derrubado. O seu governo foi marcado pela tentativa de implantar as “reformas de base”, que pretendiam diminuir a desigualdade social no Brasil e fortalecer

³⁹ Na época, votava-se separadamente para presidente e vice-presidente.

uma economia nacionalista; entre as reformas, estava a agrária. Foi um governo marcado pela agitação política “nas áreas sindical, camponesa – com a formação das Ligas Camponesas –, estudantil e na própria Igreja católica, de onde surgiram vários grupos de esquerda” (LUNA; KLEIN, 2014).

Durante seu curto governo, não foram poucas as crises. Havia muita agitação social e também conspiração para o golpe. Em março de 1964, o presidente radicalizou à esquerda. Em um comício na Central do Brasil, no dia 13, falou para mais de 200 mil pessoas, criticou setores das elites, confirmou sua intenção de promover a emancipação social e econômica do país e promover reformas estruturais. Assim, em seu discurso afirmou: “não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, e pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática [...]” (GOULART, 1964).

Jango defendia também o controle sobre o capital estrangeiro, a nacionalização e a estatização de setores básicos da economia, ou seja, maior controle do estado, o que não agradava empresários e, tampouco, os Estados Unidos. Pretendia ampliar o direito de voto aos analfabetos e aos oficiais não graduados das Forças Armadas, assim como legalizar o Partido Comunista.⁴⁰ Essas reformas não eram aceitas pelas elites econômicas e políticas do Brasil. Não deve-se, porém, cair na armadilha de explicações simples. Motta (2014) chama a atenção para isso e lembra que os vencedores de 1964 deram discurso contra as promessas do governo deposto, ao mesmo tempo que apropriaram-se de alguns de seus projetos e ideias. Um dos exemplos foi a reforma universitária, implantada, porém, de modo autoritário e voltado às classes dominantes.

Não podemos esquecer o contexto da Guerra Fria, que opunha capitalistas de um lado e socialistas do outro. Havia uma campanha anticomunista em curso no Brasil e uma tentativa de colocar Jango ao lado destes, ainda mais considerando que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era parte integrante do governo. Seis dias depois do Comício Central do Brasil, em 19 de março de 1964, foi realizada, em São Paulo, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Mais de 500 mil pessoas participaram do ato organizado pela direita conversadora, classe média e Igreja Católica, ficando, assim, escancarada a polarização política. A partir de então, a crise só se intensificou e o final foi o golpe-civil militar no dia 31 de março. Há quem diga que Jango poderia ter resistido; outros, que quis evitar o derramamento de sangue.

⁴⁰ Fundado em 1922, com o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1961, mudou o nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB), a fim de facilitar a legalização do partido e o seu registro eleitoral.

Os golpistas, que contavam com setores das classes dominantes da sociedade, tinham ao seu lado os Estados Unidos. Estava em curso a operação *Brother Sam*, a Operação Secreta,⁴¹ que dava apoio logístico e armamentista aos militares golpistas, por parte dos Estados Unidos, caso enfrentassem alguma resistência por parte do governo deposto; saíram vitoriosos e o Brasil mergulhou em tempos sombrios.

Após o golpe, assumiu, provisoriamente, de acordo com a ordem sucessória, o presidente da Câmara dos Deputados, Reinaldo Mazzilli (PSD). O poder, entretanto, estava com a Junta Militar, autointitulada Comando Supremo da Revolução, que tinha em seus integrantes o general Artur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker Grunewald e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. A primeira ação do governo militar foi o Ato Institucional nº 1 (AI-1), o qual abordaremos com mais detalhes em outro capítulo.

Os 21 anos de ditadura tiveram momentos diferentes, até pelo perfil dos militares que governaram, os quais foram escolhidos por um Congresso Nacional de maioria governista. Entretanto foi um período marcado por um estado autoritário e repressivo, com censura, perseguições, prisões e torturas. Com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1965, os partidos foram extintos. A partir de então, a representatividade política ficou restrita ao MDB e à Arena. O PCB ficou novamente na clandestinidade. Comunistas e também petebistas - impedidos de militarem nos seus partidos - iam para a luta armada, para o exílio ou “continuavam agindo dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e de instituições políticas, como sindicatos e movimento estudantil” (SOUZA, 2016, p. 114).

É evidente que o regime não se apresentou da mesma forma em todos os cantos do Brasil, porém, nenhum lugar passou incólume. Afinal, ditadura é ditadura. Não afetou todas as pessoas do mesmo modo, mas impactou, de forma contundente, o Brasil. Havia um movimento de acomodação – prática tradicional da cultura política brasileira, tanto internamente, no governo, quanto externamente, na sociedade. A ditadura foi longa (21 anos) e violenta, com mortes, sequestros, torturas e perseguições, “entretanto, o Estado autoritário combinou a

⁴¹ Os nomes envolvidos na conspiração eram Lincoln Gordon, embaixador do Brasil, e Vernon Walters, adido militar. “Nos meios políticos e militares da época, era de conhecimento geral que o governo dos Estados Unidos financiava organizações como o IPES e o IBAD. Que agentes da CIA circulavam livremente pelo país, e o embaixador norte-americano Lincoln Gordon e o adido militar Vernon Walters realizavam reuniões com civis e militares golpistas. Sabia-se que 'planos de contingência' eram formulados pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. Aliás, não só para o Brasil. Por conseguinte, nos planos de um golpe para derrubar Goulart, o papel dos Estados Unidos era o de apoiar, caso necessário, o governo de Minas Gerais — seguindo um dos cenários do 'plano de contingência' —, abastecendo os golpistas com combustível e munição. A chamada Operação Brother Sam tinha essa missão precípua. Contudo, é evidente que o deslocamento de navios norte-americanos para a costa brasileira significava, por si só, um ato de intimidação e mesmo beligerância do governo dos Estados Unidos” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 252-253).

violência com estratégias de negociação e acomodação, para aplacar as oposições e reduzir a resistência ao seu poder” (MOTTA, 2014).

O golpe civil-militar uniu diversos setores da sociedade: elite econômica, conservadores – aqueles que querem conservar o “estado das coisas” – Igreja Católica, políticos de direita e classe média. O anticomunismo unia esses setores, mas havia interesses diversos. E o regime precisou acomodar essas forças. A narrativa do anticomunismo foi a estratégia ideológica que alicerçou e gerou coesão aos interesses e ações da ditadura. Motta (2014) usa o conceito de modernização conservadora para explicar os paradoxos e contradições da ditadura. Modernizar requeria desenvolvimento econômico e tecnológico, permitindo a mobilidade das pessoas, aumento da urbanização e operários de fábrica, o que poderia levar a conflitos nas relações sociais e de trabalho. Por outro lado, o conservadorismo pretendia manter a ordem social e os valores tradicionais.

O historiador brasileiro Carlos Fico (2017, p.29) afirma que para o senso comum, um período ditatorial remete a algo ruim na totalidade e que “deveria corresponder a um período de trevas, de completa estagnação, devendo ser regressiva e inteiramente repressiva”. No período foram realizadas obras de infraestrutura e o que ficou conhecido como “milagre econômico”; estratégias do regime para ter apoio da sociedade à ditadura.

A ideia de modernização conservadora tem a força do senso comum: quando se pensa a ditadura brasileira, é fácil identificar a repressão, o conservadorismo, o autoritarismo, por um lado e, por outro, o crescimento econômico do “milagre” brasileiro, as obras de infraestrutura, os avanços nas telecomunicações etc. [...] Daí ser tão comum a pergunta que os jornalistas nos fazem sobre ter havido um “lado bom” no regime militar brasileiro, justamente o lado do crescimento econômico, das obras de infraestrutura etc. Isso seria aparentemente contraditório, difícil de compreender (FICO, 2017, p. 25).

Marcelo Ridenti (2014) reflete que para garantir o regime, não bastava a força. Era preciso que a população tivesse algum “benefício”, era preciso “pacificar”. Essa legitimidade chega com medidas buscando o desenvolvimento econômico que, segundo o autor, “vinha em alta desde 1967, concomitante à repressão contra os opositores e às medidas de reorganização da sociedade” (RIDENTI, 2014). O golpe de 1964 foi um projeto de sociedade, baseado no modelo capitalista não apenas no discurso – em oposição aos países socialistas –, mas também na prática. “[...] é que desde 1964 foi se constituindo um projeto de modernização da sociedade brasileira a partir de medidas econômicas e políticas do Estado autoritário, associadas à iniciativa privada” (RIDENTI, 2014). Muitas empresas, como as de construção civil,

enriqueceram. Ressalta-se que esse crescimento econômico não privilegiou toda a sociedade, apenas alguns grupos, de acordo com os preceitos do modo de produção capitalista hegemônico.

3.1 A DITADURA EM SANTA CATARINA

Três momentos podem ser considerados os mais marcantes pela historiografia catarinense no que refere-se à repressão: as prisões de 1964, logo após a instauração do regime; a operação Barriga Verde (1975-1977); e a Novembrada (1979). Lages foi diretamente afetada pelas repressões no início do regime; após 1976, voltou a ficar no “radar” da ditadura, isso porque a prefeitura estava sob o comando do MDB. No episódio da Novembrada, com participação ativa do deputado lageano Francisco Kuster (MDB), integrantes do governo municipal acolheram estudantes que fugiram da capital catarinense.

Salim Miguel, no romance autobiográfico "Primeiro de Abril, Narrativas da Cadeia", descreve com detalhes e reflexões a prisão em 1964. Nomes de presos são descritos, assim como suas conversas em meio à angústia da privação de liberdade, à saudade da família e à incerteza política. Entre os presos com ele,⁴² Edézio e Jaime. Miguel comenta também uma visita que fez a Lages anos depois, como jornalista da revista Manchete, em que se deparou com o Coronel Hélio Ibiapina Lima.⁴³ A obra traz diálogos dos quais Edézio e Jaime participaram na prisão, em Florianópolis. Relevante pontuar que Miguel fez as anotações em 1964 e só retomou os escritos para a publicação, em 1992.

EDÉSIO (sic) CAON – E os ritos da lei, e nossos direitos, onde ficam?

DALMO VIEIRA - Que direitos, homem, és um ingênuo ou estás brincando? E isto existe num momento destes? (MIGUEL, 2015, p.151)

ARMANDO MUNIZ (ponderado, caladão) – Ficar chorando não vai adiantar nada. É procurar tirar lição e não incidir nos mesmos erros.

JAIME GARBELOTTO – Me cansei de ouvir essa conversa; sempre se acaba caindo na mesma. A verdade é que a classe conversadora é mais organizada, mais atilada, tem mais cancha (MIGUEL, 2015, p.155).

⁴² Da região serrana: Armando Muniz, engenheiro químico, Lajes; Jaime Garbelotto, funcionário do IAPC, Lajes; Hugo Borges de Melo, proprietário de alfaiataria, Lajes; Ariovaldo Caon, fiscal do IAPC, Lajes; Edésio (sic) Caon, advogado/professor/jornalista, Lajes; Arnaldo Rosa, comerciante Lajes; Jonas Ramos Martins, fiscal do IAPC, Lajes; Alcebíades Pinheiro, advogado, Bom Retiro; Agiota, São Joaquim (MIGUEL, 2015, p.173-175). Na época cidade era escrita nas duas grafias, Lajes e Lages.

⁴³ Este personagem merece uma investigação aprofundada da sua passagem por Lages. Ibiapina escrevia artigos publicados no Correio Lageano. No Recife, em 1964, torturou Gregório Bezerra.

Em 1973, iniciou-se no Brasil uma grande operação para aniquilar o Partido Comunista. A luta armada já estava desarticulada e o regime conseguiu derrotar os revolucionários. Mas não parou por aí, isso porque o país estava sob à égide do AI-5. A Operação Radar (1973), que tinha o objetivo de combater os comunistas e estava sob o comando do Centro de Informações do Exército (CIE), foi papel dos Destacamentos de Operação Interna – Centros de Operação e Defesa Interna (DOI-CODI) de todo o país. O principal eixo de atuação da operação foi Rio-São Paulo, porém alastrou-se por outros estados brasileiros. Mais de 600 pessoas foram presas e pelo menos 20 dirigentes torturados e mortos (SOUZA, 2016, p.115).

No final de 1975 teve início, em Santa Catarina, a Operação Barriga Verde, com mais de 40 presos, processados pelo Ministério Público Militar, e muitos deles torturados. Os militantes sequestrados pelo regime moravam em Criciúma, Florianópolis, Joinville, Itajaí, São José, Chapecó, Balneário Camboriú, Piçarras e Chapecó, além de Porto Alegre, São Paulo e Guarapuava.

Entre os motivos para essa nova empreitada de “caça aos comunistas”, está a derrota dos arenistas nas eleições parlamentares em 1974 para os integrantes da oposição consentida, o MDB. Atuando no partido de oposição estavam integrantes do PCB, embora na ilegalidade. Nas eleições de 15 de novembro, o MDB elegeu 16 senadores das 22 vagas em disputa; na Câmara, conquistou 161 das 364 cadeiras, ou seja, 44%. A derrota está relacionada principalmente a uma crise econômica, provocada pelo aumento do preço do barril de petróleo, que contribuiu para o fim do “milagre econômico” brasileiro do início da década.

Em 1974, a classe média já começava a sentir o aperto financeiro e as urnas foram a maneira encontrada para exprimir sua insatisfação. A cúpula do governo, preocupada com as disputas de políticos da Arena nos estados e buscando fortalecer a imagem de partido único, “afrouxa as regras eleitorais, permitindo pela primeira vez debates entre os candidatos no rádio e na televisão” (AGÊNCIA SENADO, 2014). Por Santa Catarina, nas eleições de 1974, foi eleito senador Evelásio Vieira (MDB). Dois candidatos de Lages ocuparam vaga na Câmara Federal, Laerte Ramos Vieira (MDB) e Henrique Hélio Velho de Córdova (Arena). Das 40 cadeiras na Assembleia Legislativa catarinense, a Arena levou 22 e o MDB, 18.

O resultado das eleições marcou um declínio do regime. Houve, contudo, reação: a ampliação para os estados da Operação Radar (1973-1976) e a criação da Lei Falcão (1976),⁴⁴ que limitava a propaganda eleitoral na TV. Em 1977, o presidente Ernesto Geisel fechou o

⁴⁴ Alusão ao ministro da Justiça, Amando Falcão. Íntegra da lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16339.htm. Acesso em: 03 fev. 2022.

Congresso e impôs uma reforma política, com a eleição indireta para um terço do Senado (“senadores biônicos”), garantindo com isso a maioria para a Arena.

Em 1979, o último presidente do regime ditatorial, João Baptista Figueiredo, fez uma visita a Florianópolis. Na época, o governador do estado, indicado pela ditadura, era Jorge Bornhausen, um político herdeiro da oligarquia Konder-Bornhausen, e o prefeito era Nagib Jabor, nomeado para o cargo pelo governo estadual. O país vivia uma crise econômica acentuada, inflação, arrocho salarial e carestia, e a ditadura queria passar a impressão de que João era um homem do povo, um conciliador. Queria, assim, uma sobrevida, em um momento em que a sociedade não estava mais disposta a apoiar e aceitar o regime.

O ano de 1979 é considerado um marco para o fim da ditadura. Os trabalhadores do ABC Paulista, já nos primeiros meses, davam mostras de que o regime não teria mais vida longa. Antes mesmo da posse de Figueiredo, uma nova greve eclodiu, dessa vez mais organizada e com maior participação dos operários. Os militares temiam que a reivindicação por melhores salários descambasse para um protesto contra o regime. A principal liderança do operariado era Luiz Inácio Lula da Silva (NAPOLITANO, 2005, p.72-73).

Nos vários movimentos pela democracia em 1979, a Campanha pela Anistia lutava pelos direitos humanos e pela punição dos responsáveis pelos atos de morte, tortura e perseguição. A democracia estava florescendo, porém, a direita resistiu e não entregou os pontos facilmente. “A extrema direita passou a praticar ataques à bomba contra entidades civis, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de ameaçar e sequestrar ativistas dos direitos humanos”, (NAPOLITANO, 2005, p.83). Foi nesse clima hostil que estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ligados ao PCB, organizaram a recepção ao presidente na Praça XV. Ele foi recebido na sede do governo à época, o Palácio Cruz e Souza.

Em novembro de 1979, “no quadro de intensas mobilizações que contestavam a ditadura em todo o país”,¹² os estudantes organizaram um ato de protesto por ocasião da vinda do presidente Figueiredo a Florianópolis, e que se estendeu por vários dias; no dia 04 de novembro, “ocorreu uma violenta investida policial, com o uso de cavalaria e baionetas caladas nos fuzis dos soldados da polícia militar, que cercou as ruas de acesso à Catedral, à Praça XV e ao Palácio do Governo” (FÁVERI, 2018, p. 5).

Marize Lippel, Rosângela Koerich Souza, Amilton Alexandre, Newton Dias Vasconcelos Jr, Geraldo Barbosa, Lígia Giovanella e Adolfo Luis Dias foram alguns dos estudantes envolvidos no movimento e presos. Lígia e Adolfo acabaram fugindo; antes de

voltarem à capital e serem entregues às autoridades, ficaram em um sítio em Lages, sob a proteção do prefeito, Dirceu Carneiro, e do secretário de comunicação, Ilson Chaves (GEADA DE CHUMBO, entrevista não publicada).

A manifestação foi apoiada pelo povo que acompanhava a visita, pois o grupo procurou, estrategicamente, focar a crítica nos problemas econômicos com frases de ordem: “Abaixo a fome”; “O povo quer comer”; “Abaixo a repressão”. Não teve como impedir que os gritos fossem ouvidos pelo presidente, que desceu para “conversar” com os manifestantes. Depois ele foi a um café nas proximidades, não sem revolta da população.

Nessa altura dos acontecimentos, os estudantes perderam o controle sobre manifestantes; os policiais agiram com violência; houve correria, e o presidente, desceu as escadas do Palácio e se irritou, havendo um bate boca. Na sequência, dirigiu-se ao Bar Ponto Chic (Senadinho) para um café (que estava no roteiro), e lá novamente houve confusão, com trocas de socos entre a comitiva e manifestantes. Desta feita, o presidente é levado, em questão de minutos, para o almoço em sua homenagem numa churrascaria em Palhoça, na parte continental da cidade. As narrativas deste almoço e dos acontecimentos foram veiculadas pelos jornais, incluindo os discursos, e, evidentemente, o mal estar com que transcorreu (FÁVERI, 2018, p. 13).

A Novembrada é um fato relevante na história do Brasil, pois foi quando um presidente militar foi hostilizado pela população. Mesmo com os aparatos de segurança, de informação e repressão, os manifestantes, organizados ou não, conseguiram fazer de uma visita de cortesia um ato político de reivindicação e crítica ao governo.

4 A POLÍTICA LAGEANA NA DÉCADA DE 1960

Lages e região, do ponto de vista do modo de produção, vivenciam o chamado período da exploração da madeira, motivado pelo desenvolvimento urbano e industrial brasileiro, conforme estuda Ari Martendal (1980). Constata-se à época significativo crescimento econômico, não se traduzindo em diminuição da desigualdade social. O latifúndio se manteve. A riqueza gerada pela exploração da madeira foi transferida da região para outros centros urbanos do país. Com o declínio desta atividade no final da década de 1960, Lages recebeu grande crescimento populacional oriundo do êxodo rural, com desempregados das serrarias agora em busca de trabalho e outras melhoras em suas condições de vida. Como afirma Peixer (2002), Lages se torna a cidade dos espoliados, em um contexto de contradições. Um centro urbano que se moderniza, combinado com uma imensa periferia empobrecida em busca de

políticas públicas como habitação, saúde, trabalho e educação inexistentes. É neste contexto socioeconômico de crescimento e crise social que politicamente as classes proprietárias da madeira e da pecuária nesta década se articulam e seguem dominando o poder político local, que se moderniza e se manifesta na expressão do populismo.

As transformações no espaço urbano impressionam ao voltarmos o olhar para Lages em 1964 e em 2021. Foram diversas as modificações, sempre com o discurso de modernização. Interessante que essa "modernidade" almejada pela elite econômica não interessa quando o assunto são os costumes. Neste caso, preferem manter tradições e práticas conservadoras. Governos autoritários querem decidir pela população. No caso de Lages, o coronelismo marca a história social e política. As transformações no espaço público foram, em grande medida, impostas ou, ao menos, realizadas sem ouvir a sociedade.⁴⁵

A cultura da fazenda conservadora⁴⁶ está implícita nas relações sociais e econômicas. Conforme afirma Locks (2016, p. 30), “os de baixo”, a maioria da população, historicamente nunca teve acesso aos bens e à renda para elevar sua condição de vida”. Trata-se de uma sociedade marcada por contrastes, em que a maioria da população não tem acesso aos bens socialmente produzidos. O autor defende ainda que o número de pessoas “dependente de programas sociais governamentais para atender necessidades básicas, incluindo alimentação, serve de indicador da desigualdade social persistente” (LOCKS, 2016, p. 30).

Essa necessidade de modernizar, no período militar, não pretendia mudar práticas sociais conservadoras e incluir acesso à cidadania aos grupos marginalizados, fossem de comunidades periféricas, negros, mulheres ou LGBTQI+. O objetivo era desenvolver o modo de produção capitalista hegemônico, o que, por consequência, gera a concentração crescente de renda e a desigualdade social. A modernização do regime, que provocou mudanças significativas na infraestrutura do país em diferentes aspectos, como as telecomunicações e a indústria cultural, também manteve, segundo Daniel Aarão Reis (2014), “os pilares tradicionais da ordem social” com a exclusão das classes subordinadas.

Os custos foram muito altos. Para além dos perseguidos, presos, torturados, exilados, ou mortos, é indivisível a dor e a angústia de toda uma população empurrada em ritmos inéditos de mobilidade – social e geográfica -, revolvida nos alicerces culturais

⁴⁵ Neste século Lages viveu com mais ou menos intensidade, no contexto de uma administração municipal politicamente tecnoburocrática e economicamente neoliberal, com alguns embates a respeito do espaço público: a derrubada do Colégio Aristiliano Ramos, antiga escola estadual; a "revitalização" da praça João Costa; a retirada do monumento em homenagem a Getúlio Vargas, no centro de Lages; a revitalização do Mercado Público.

⁴⁶ Tese defendida por Locks (2016), que revela que a elite política e econômica não tem interesse no desenvolvimento coletivo. As terras na região mantêm-se, ao longo do tempo, com latifúndios; ou seja, a concentração das propriedades nas mãos de poucos.

por um vendaval de modernização que, de forma autoritária, conduziu a sociedade para um novo patamar de desenvolvimento do capitalismo (REIS, 2014).

Na época do golpe civil-militar, o prefeito de Lages era Wolny Della Roca (1929-2019), integrante do PSD. Em 2017, Della Roca deu uma entrevista⁴⁷ sobre a tomada de poder pelos militares. Eis um trecho da entrevista:

Foi um período bastante sério na nossa história de Lages, porque, de repente nos acordamos aqui na manhã de 31 de março de 1964. O Rio Grande do Leonel Brizola gritando de um lado, o pessoal de São Paulo gritando do outro. Até canhão, tiro de canhão teve aqui por Lages. Bom, o fato é que nós não tínhamos outra ação a não ser a de aderir ao movimento, ou simplesmente entregar o cargo e sair e ir embora. Então nós aderimos ao movimento revolucionário, naquela época. Meio que a contra gosto, vamos dizer, um pouquinho forçado. Nós tivemos a visita de um oficial do Exército, num jipe [*incompreensível*] para perguntar de que lado eu estava, e é claro que eu disse, estou do seu lado. Não sabia se saía dali. Foi um período. Depois que se acertou isso foi um período ótimo da ditadura, o primeiro período dela, com o General Castelo Branco no comando foi um período de calma para o Brasil, ninguém pode contradizer. Depois que veio o AI 5 [*incompreensível*] que foi instituída a tortura, aí degenerou tudo, mas até ali tivemos um período que era tranquilo, tranquilo mesmo para se trabalhar, onde imperava a lei, era meio ditatorial, fez uma coisa errada pagava, não tinha perdão, as forças estavam aí para isso mesmo. Alguns acham que houve exagero, eu acho que não, que foi absolutamente, até precisava, uma coisa que hoje se fala, que talvez se precisasse de novo (DELLA ROCA, 2017).

Interessante observar a importância da presença do Exército na cidade, na época 2º Batalhão Rodoviário, a quem coube manter a cidade "em ordem". Ao falar do regime, o ex-prefeito tem percepções contraditórias; não queria ser obrigado a tomar partido, ao mesmo tempo que achou o período positivo. Também o divide em dois momentos: a boa e a má ditadura. Por um tempo convencionou-se dizer que houve um período “tranquilo” do regime militar. O fato de acontecerem prisões e cassações de mandatos de políticos eleitos pelo voto direito após o golpe de 1964 é um indício de que os novos detentores do poder usariam a força se considerassem necessário. Para Daniel Aarão Reis (2014, p. 26), “[...] quanto mais a ordem capitalista se consolidar no Brasil, mais as revisões historiográficas avançarão no sentido de matizar o uso da força durante o regime militar, ressaltando seu aspecto modernizador, considerando positivo em si mesmo [...]”.

A fala do ex-prefeito é hoje a de muitas pessoas, inclusive de jovens que não viveram o período. A memória positiva da ditadura em Lages, de acordo com nossa investigação e

⁴⁷ A entrevista foi concedida para a pesquisadora Suzane Fajta. O vídeo dessa entrevista está disponível no canal do Youtube do jornal Correio Lageano (1939-2020), na ocasião do lançamento do acervo digital do jornal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yNpk7OP4arU>; <https://clmais.com.br/wolny-della-rocca-fez-parte-da-historia-do-correio-lageano/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

reflexão, está relacionada ao fato de não falarmos sobre os acontecimentos locais e o contexto nacional, com a ascensão da extrema direita ao poder. Entendendo que educação é um conceito amplo, não restrito ao espaço escolar, percebemos que os espaços sociais carecem de discussões sobre a história e a memória do regime. Não somente isso; carecem, também, de discussões sobre autoritarismo, cidadania e democracia.

O mito de um período positivo do regime leva a outra discussão: para quem a "ordem" social é positiva? A calma e tranquilidade associadas ao período têm relação com o amordaçamento dos políticos de esquerda - demais opositores - e dos movimentos populares. Para quem tinha comida na mesa, acesso à saúde, educação, moradia e emprego, por que manifestar? Do outro lado havia a maioria das pessoas, que tinha esperanças na promessa das Reformas de Base, assinaladas pelo governo Jango. Uma mudança na sociedade brasileira estava a caminho. Mas o movimento das elites econômicas, os partidos de direita e a classe média conservadora e branca, aliados aos militares e ao capital imperialista internacional, resistiram e impuseram a ditadura militar.

4.1 O CONTEXTO LAGEANO À ÉPOCA DO GOLPE

Em 1964, Lages passava pelo período que se convencionou chamar, na literatura, como Ciclo da Madeira (1940-1960).⁴⁸ Era a principal cidade de Santa Catarina e a maior em número de habitantes e em extensão territorial. Além disso, o governador do Estado era o lageano Celso Ramos (PSD). As décadas de 1950 e 1960 foram o auge da exploração madeireira. Havia dinheiro, mas este estava concentrado nas mãos dos proprietários de terras e madeireiros, o que não representou melhora na vida dos trabalhadores.

O espaço, a cultura e os hábitos de um povo interferem em sua formação e construção social. Embora o urbano se mostrasse moderno com suas novas construções, em um esforço de deixar o “velho” no passado, era apenas aparência. O compadrio, a política clientelista⁴⁹ e a exploração da população empobrecida persistiam:

Sustentamos a ideia de que a cultura de fazenda persistiu e continua a orientar muitos aspectos do ethos cultural de indivíduos, grupos étnicos, procedimentos sociais em instituições públicas e privadas em Lages e na região. A saber, concepções de mundo, comportamentos sociais, relações de poder, estilos de vida, ritmo de trabalho, uma

⁴⁸ A década de 1940 marcou o início da exploração da madeira, que se estendeu até a década de 1960, o aumento da população e a circulação de dinheiro e mercadorias (PEIXER, 2002).

⁴⁹ “Ainda segundo Weber, quando o Estado faz uso desse tipo de expediente patrimonial e passa a ser entendido como mera extensão dos desejos daqueles que ocupam o poder, a máquina política acaba por se revelar, ela própria, ineficiente.” (SCHWARCZ, 2019, p. 69).

visão de mundo expressa no modelo de desenvolvimento em Lages e na região, todavia são influenciados por normas, códigos, símbolos, valores oriundos do “mundo” da grande fazenda de criação de gado (LOCKS, 2016, p. 2).

Ao analisar as *práxis* dos movimentos sociais e do Centro Vianei de Educação Popular, na Região Serrana de Santa Catarina, em 1990, Antônio Munarin (1990) esclarece como a educação não formal acontece nesses espaços e, ainda, como lugar de resistência ao modelo social e econômico imposto. Para discutir o contexto socioeducativo, ou seja, os aspectos sociais e a sua aplicação na educação, recorreremos a Paulo Freire, que além de ser um dos autores mais estudados no mundo, foi exilado durante o regime ditatorial. Foi nesse exílio, no Chile, em 1968, que escreveu o livro "Pedagogia do Oprimido", publicado no Brasil apenas em 1974. Relevante ressaltar que o pedagogo esteve em Lages, após seu retorno ao Brasil, para conhecer o trabalho realizado pela administração municipal de oposição ao regime (1977-1982). Foi um período considerado de práticas democráticas e, por que não, de resistência, em meio a um regime ditatorial, conforme descreve Marcio Moreira Alves⁵⁰ (1988).

O entendimento do que foi o regime militar brasileiro pode ajudar a sociedade a refutar o autoritarismo e as práticas clientelistas. Para que isso seja alcançado, faz-se necessário que a massa de trabalhadores, do campo e da cidade, oprimida pelo sistema capitalista hegemônico, possa pensar por si mesma e deixar essa condição. O opressor, neste caso as forças autoritárias, não teria mais a quem convencer com seu discurso. Conforme Freire (1987, p. 39): “não é possível transformar a realidade concreta na realidade imaginária”. É preciso conhecer a história e os fatos para, assim, mudar a realidade. Esse pensamento freiriano dialoga com Marx, que propõe ação e não somente pensamento. A dialética é a unidade; não separa a realidade objetiva e o sujeito pensante e atuante nesta realidade. Ela integra teoria e prática e não permite a separação do dizer e do fazer, do objeto e do sujeito e o conhecimento da ação.

4.2 1964 E A ESTRATÉGIA DE SILENCIAMENTO PELA DITADURA EM LAGES

Os depoimentos de quem foi detido pelo Exército em Lages, nos primeiros dias de abril de 1964, revelados nos documentos escritos e pelo documentário "Geadá de Chumbo" (2021), ajudam a contar um pouco sobre os presos e a Lages da época. Os nomes dos encarcerados

⁵⁰ O discurso do então deputado Márcio Moreira Alves, em 1968, foi considerado uma ofensa ao governo militar e serviu de pretexto para o AI-5. “[...] após recusa dos parlamentares de conceder licença para o governo processar o deputado, que gozava de imunidade parlamentar garantida pela constituição de 1967” (RIDENTI, 2014). Após o exílio, ele esteve em Lages e escreveu um livro sobre as práticas democráticas da administração municipal.

citados em documento militar, acessados nesta pesquisa, não são somente de Lages, mas do Planalto Sul Catarinense.⁵¹ Embora nosso foco sejam três personagens, Edézio Nery Caon, Jaime Garbelotto e João Rath de Oliveira, possivelmente outros serão nomeados no decorrer do texto.

A memória coletiva pode, em certa medida, desconsiderar os fatos históricos por conta de interesses particulares e de grupos sociais. No caso do nosso objeto de pesquisa, criar a falsa ideia de que Lages não vivenciou os fatos do golpe e tampouco teve momentos de resistência e oposição ao regime. Reis (2014, p. 6), ao falar da participação dos civis na ditadura, aponta que a memória “substitui evidências pela vontade e pelo interesse, que, no caso, se articularam para responsabilizar unicamente os militares pelo ‘fato ditatorial’”.

Quem viveu naquele tempo e foi impactado de forma direta pelo regime tem um tipo de memória. Aqueles, todavia, que estiveram alienados dos fatos vão recordar outros elementos. A Copa do Mundo de 1970, realizada no México, é um fato conhecido por muitos porque foi usada pelo regime como uma cortina de fumaça, uma distração. Em um tempo de restrições, prisões, torturas e mortes, o Brasil comemorou o tricampeonato brasileiro de futebol da seleção que tinha Pelé e Rivellino. Um título importante, sem dúvida, porém, para quem acompanhava a sociedade brasileira e para quem lê sobre o período, 1970 foi um ano duro e de repressão. Estava em vigor o AI-5, que endureceu ainda mais a ditadura. As recordações, portanto, podem ser diferentes. Os grupos que cada pessoa integra fazem diferença, ou melhor, têm influência na condução dessa lembrança (HALBWACHS, 1990)

No que se refere à participação e colaboração dos civis desde o início do regime, este é fato consolidado pela historiografia. Em Lages, os acontecimentos não são de conhecimento público. A investigação indica, por exemplo, que integrantes dos partidos tradicionais da União Nacional Democrática (UND) e do PSD teriam elencados nomes para serem presos pelo Exército em Lages. De acordo com o preso João Rath:

Quando a coisa esquentou foram criadas três, vamos dizer assim, comissões que avaliavam o comportamento dos petebistas de então. Um deles era um grupo comandado pelo partido da UDN, outro grupo partido do PSD e o outro era do partido de Representação Popular que era o do grupo do antigo Ação Integralista Brasileira. E eles se reuniam na sede dos partidos para apontarem quais seriam as pessoas subversivas aqui em Lages, era uma nominata que o comando do Batalhão pediu que fosse feita pelos representantes dos três partidos que eram democratas, porque o PTB não era considerado democrata, era revolucionário, e que ameaçava através dos

⁵¹ Dinarte Pereira Brasil, de Curitiba; Alcebíades Candido Pinheiro, segundo o IPM, com atuação em Bom Retiro, Alfredo Wagner e Urubici; Luiz Assunção Vieira Valente, de Bom Retiro; José Rodrigues Córdova, de São Joaquim; Emílio Anderemann, de Urubici, em alguns documentos é citado como russo (União Soviética na época) e em outros como letão (Letônia); Lineu Batista, de Otacílio Costa.

grupos de 11 [...] punha em perigo a estabilidade, a paz da cidade [...]. E esses três grupos formaram listas, cada um a sua, e levaram no Batalhão (GEADA DE CHUMBO, 2021).

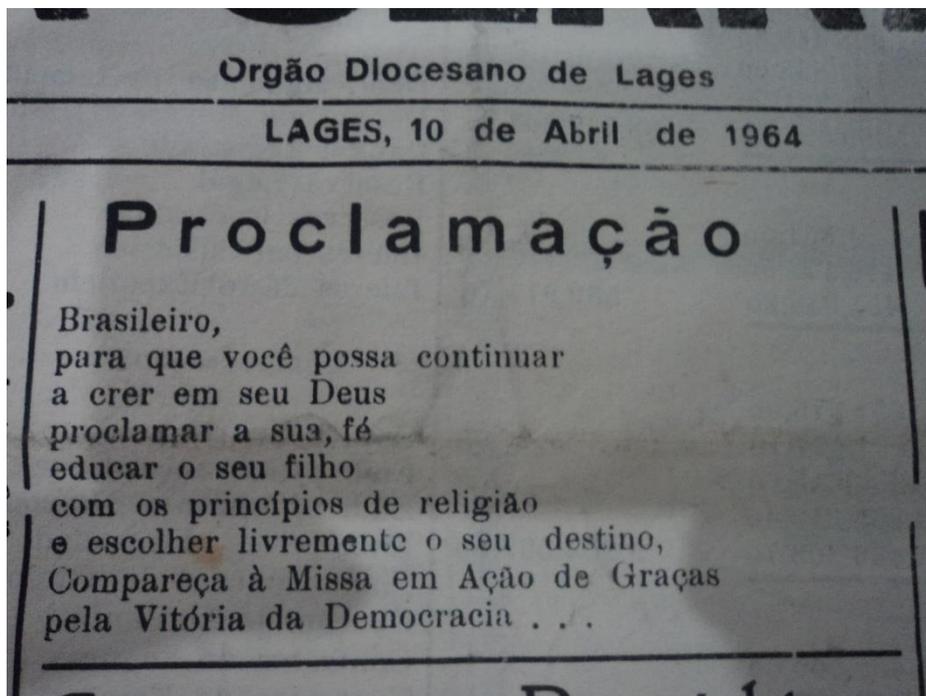
Edézio escreveu em suas memórias que havia um mapa com o endereço de quem deveria ser levado ao batalhão: “o sargento consultou o mapa, de certo, feito por engenheiros”. O filho, Edezio Henrique Waltrick Caon, no documentário "Geada de Chumbo" (2021), diz que sabe quem foi o engenheiro que fez o mapa, porém, prefere não revelar. Mais do que nominar colaboradores, é importante refletir quais setores da sociedade e instituições contribuíram para a manutenção do regime e compreender como se deram essas relações.

A colaboração de integrantes ou forças da sociedade civil deram sustentação não apenas ao golpe, mas também aos 21 anos do regime. No caso de Lages, essa cooperação esteve presente desde a tomada do poder, por conta da proximidade da UDN e do PSD com as Forças Armadas, em âmbito federal e municipal, bem como o prefeito da época, Wolny Della Roca, ter aceitado a imposição dos vitoriosos. Há indícios de que outros dois prefeitos e um interventor teriam sido aliados do regime: Valdo da Costa Ávila, do PSD (1966),⁵² Nilton Rogério Neves, do PSD (1966 a 1969),⁵³ e Áureo Vidal Ramos (Nuta), da Arena (1969 a 1973). A Igreja Católica apoiou o golpe de Estado antes mesmo dele acontecer, nas publicações no jornal Guia Serrano, e depois comemorando a tomada de poder. Os textos eram bastante críticos ao governo, ao presidente João Goulart e aos países do bloco socialista. Em uma edição posterior ao golpe, o jornal traz opiniões sobre os acontecimentos, todas elogiosas; os católicos foram convidados para uma missa em comemoração ao golpe que, na visão do jornal, seria a “vitória da democracia” (Figura 1).

⁵² Morreu durante o mandato. O político era primo de Rita Malheiros e César Augusto da Costa Ávila, ambos militantes comunistas.

⁵³ Interventor nomeado por Castelo Branco com a morte de Valdo da Costa. Na época era presidente da Câmara de Veadores. Seria naturalmente levado ao cargo porque não havia a figura do vice-prefeito, contudo, é simbólico que tenha sido nomeado pelo presidente do regime antidemocrático.

Figura 1 - Jornal Guia Serrano, 10 de abril de 1964.



Fonte: Museu Histórico Thiago de Castro.

Após o golpe, Lages organizou uma comemoração com a "Marcha da Família". O Correio Lageano publicou na capa de três edições o convite para o evento e, posteriormente, a cobertura do evento. Na edição de 22 de abril, indicava que seriam oradores o prefeito de Lages, Wolny Della Roca (PSD), o vereador Evaldo Henckmaier, o padre diretor do Seminário Diocesano Abilio Nardelli, o vigário da Igreja Nossa Senhora do Rosário, João Werner, além de outras pessoas. No dia 28 de abril – a Marcha foi no domingo 26 – o Corrio Lageano publicou a íntegra do discurso do prefeito (Figura 2). Neste discurso, que toma quase toda a primeira página, Della Roca aborda Deus, o patriotismo, o civismo, o combate ao comunismo e convoca os trabalhadores e estudantes lageanos a cooperarem: “E, a meta de todos nós, nesta nova era da vida nacional só pode ser uma: produzir” (CORREIO LAGEANO, 1964). Também cita os presos pelo regime, dizendo que estes “chefes de família” foram seduzidos pelo comunismo ou, em suas palavras, “caíram no engodo comunista”.

Figura 2 - Jornal Correio Lageano, 29 de abril de 1964.



Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense.

Em 6 de maio de 1964, Valdo da Costa, que viria a ser prefeito de Lages, deu um depoimento aos militares como testemunha. Questionado sobre o reflexo da campanha subversiva de Leonel Brizola em Lages, afirmou “que a reação das classes ruralistas e conservadoras foi contra e que causou muita inquietação; mesmo nas classes operárias encontrou poucas reações favoráveis, apesar da campanha feita por órgão da imprensa local” (IPM, 1964, fl. 157). Disse, ainda, que após a “revolução” houve calma e esperança. Jaime Garbelotto foi definido por ele como “elemento tido como comunista”. Sobre Edézio Nery Caon, disse que este admitia textos extremistas no Jornal de Lajes, do qual era diretor.

Quando o Brasil sofreu o golpe civil-miliar, Edézio, João e Jaime se relacionavam. Eram mais que conhecidos, considerando que os dois primeiros integravam o PTB⁵⁴ lageano. Edézio

⁵⁴ Desde a sua fundação nacionalmente, em 1945, Lages teve integrantes do partido.

e Jaime eram ligados ao Jornal de Lajes, que apoiava o governo de João Goulart (PTB). Os três, embora com algumas divergências de posição, eram apoiadores do governo deposto. A família Caon era, e ainda é, conhecida na cidade. Pode ser descrita como de classe média, integrante da elite lageana. O livreiro João Rath, ao ser preso como subversivo, acabou deixando o serviço público federal e a livraria de sua propriedade foi vistoriada por militares.

Analisando o relatório produzido pelo responsável pelo Inquérito, Hiran Aguiar de Sousa,⁵⁵ capitão do Exército, algumas características eram observadas nos interrogados. Entre os delitos que os levaram a serem indiciados estão: participação em reuniões que discutiam a criação do Grupo dos 11; assinatura da lista de participação no Grupo dos 11; perfil de liderança; e ser comunista. No que se refere aos comunistas, o capitão tem a preocupação de provar a filiação ao PCB. Ele relata que esteve no DOPS-SC, em Florianópolis, verificando as fichas dos filiados. Ao escrever sobre Arnaldo Francisco da Rosa, aponta que a caderneta do partido não tem a assinatura do suposto filiado. “O preenchimento do mesmo foi feito à máquina e é o único documento que se baseia o DOPS para tachar o indivíduo de comunista. Acho eu, encarregado do IPM, que não há provas de que o indiciado possa ser fichado como comunista” (IPM, 1964, fl. 348).

Ainda neste resumo do inquérito, o militar faz observações sobre o Jornal de Lajes e o Grupo dos 11. Acusa o periódico de incitar a população: “Os comandos nacionalistas não tiveram ênfase nesta cidade, embora o 'Jornal de Lajes' tivesse constantemente dado notícias e fizera propaganda clara” (IPM, 1964, fl. 342). Aponta, também, que o jornal divulgou informações subversivas e mobilizou os estudantes para a desordem. “Por meio de artigos penetrou nos lares, colégios e em assuntos de esquina” (IPM, 1964, fl. 342). Não havia calma na cidade nos meses que antecederam o golpe. Os três principais autores de artigos no jornal foram presos: Jaime Garbelotto, que assinava a Tribuna J.G; Eurávio Zanoni, que escrevia com dois pseudônimos, Só Lamar e Simplício Palacrespo; Arnaldo Borges Waltrick, com o pseudônimo Rodrigues Neto.

O capitão argumentava o motivo pelo qual cada um deveria ou não ser indiciado. Segundo o relatório do militar, Jaime Garbelotto era militante do PCB, sua ficha de filiação estaria no DOPS e o mesmo não negava ser comunista. Esses argumentos são apresentados para o indiciamento. “O Sr. Jaime está incluso no Ato Institucional, em seu artigo 7º; Lei de Segurança Nacional nº 1802, de 5 de junho de 1953, no item IV artigo 3º, artigo 5º, 9º e 10º, no

⁵⁵ Os primeiros depoimentos foram feitos ao capitão Jorge Feijó.

parágrafo 3º do artigo 11, Lei de Imprensa nº 2083, de 12 de novembro de 1953, letra a do artigo 9º”.

O Ato Institucional nº 1, em seu artigo 7º, informa que:

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. § 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos (BRASIL, 1964).

No que diz respeito à Lei de Segurança Nacional, não existe item IV no artigo 3º, somente no artigo 2º, que descreve: “Tentar: IV - subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo”. No que se refere ao art. 5º: “Tentar, diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo (*sic*) por ela estabelecida”.

Ainda sobre a Lei de Segurança Nacional, o art. 9º trata de:

Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força (*sic*) de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso (BRASIL, 1953).

Já o art. 10º apresenta a seguinte descrição como “crime”: “Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior”; no parágrafo 3º do art. 11, fazer publicamente propaganda: “Pune-se igualmente, nos termos deste (*sic*) artigo, a distribuição ostensiva ou clandestina, mas sempre inequivocamente (*sic*) dolosa, de boletins ou panfletos, por meio dos quais se faça a propaganda condenada nas letras a, b e c do princípio deste (*sic*) artigo”. Sobre a Lei de Imprensa, art 9º:

Constituem abusos no exercício da liberdade de imprensa, sujeitos às penas que vão ser indicadas, os seguintes fatos: a) fazer propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou propaganda que se proponha a alimentar preconceitos de raça e de classe: pena de um a três meses de detenção, quando se tratar de autor do escrito ou multa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) quando se tratar de outros responsáveis subsidiários (BRASIL, 1953).

Sobre Edézio, o responsável pelo relatório informa que ele integrava a executiva do PTB e que permitiu a realização das reuniões dos Comandos Nacionalistas na sede do PTB, além de ter defendido no jornal o Decreto da Superintendência da Política Agrária (SUPRA). O órgão estava ligado ao avanço da organização política dos trabalhadores, às Ligas Camponesas, aos sindicatos rurais e às lutas pela posse da terra. O decreto que previa a desapropriação de terras foi assinado em 13 de março de 1964, mesmo dia do Comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Essa assinatura foi “mais um motivo” para o golpe de 1964, mas as forças de empresários rurais, conservadores, políticos de direita e militares já estavam organizadas e esperando a hora para a intervenção.

A denúncia de Edézio no IPM foi pela Lei de Segurança Nacional, letra *a* do artigo 11; Art. 11: “Fazer públicamente (*sic*) propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social”; Lei de Imprensa na letra *b*, artigo 9º:

Publicar notícias falsas ou divulgar fatos verdadeiros, truncados ou deturpados, que provoquem alarma social ou perturbação da ordem pública: penas um a três meses de detenção, quando se tratar de autor do escrito ou multa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) quando se tratar de outros responsáveis subsidiários (BRASIL, 1953).

Dos 27 presos em Lages, em abril de 1964, somente quatorze foram indiciados em um processo que só chegou ao fim em 6 de novembro de 1969. O julgamento, que acabou na sentença assinada pelo major presidente Hamilton Valente de Mello, juiz auditor Darcy Ricetti e capitão juiz Amilton Coelho de Lima, aconteceu em Curitiba, na sede da 5ª Região Militar. No mês de junho, precisamente no dia três, aconteceu no Fórum de Lages uma sessão para oitiva de dezessete testemunhas. Murad Mussi Sobrinho, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, relacionado como testemunha de defesa de Edézio, em seu depoimento revela que sabendo da prisão de professores – além de Edézio, Areovaldo Ney Caon e Ernani Rosa – foi até as autoridades militares para se inteirar do assunto; “não sabia na época, e nem soube após que eram subversivos” (PODER JUDICIÁRIO, 1965).

O médico Airton Rogério Ribeiro Ramos revelou à Justiça Militar que nos primeiros dias de abril, após o golpe, militares estiveram na sede do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência da Previdência Social (SANDU) procurando por armas e munições e que nada encontraram.

Considerando que o relatório do responsável pelo IPM, capitão Hiram de Aguiar Souza, foi concluído em 10 de junho de 1964, os indiciados, embora em liberdade, tiveram de conviver

esses anos na eminência de serem condenados. É uma forma eficiente de fazer com que pessoas que poderiam se manifestar contra o regime permaneçam caladas. O professor universitário Antonio Munarim acredita que as prisões foram uma tentativa de silenciar um grupo cujo pensamento político não se alinhava ao regime imposto, o que se revelou bastante eficiente (GEADA DE CHUMBO, 2021). “[...] os Caon sempre foram muito destacados do ponto de vista intelectual. Então, era um foco de pensamento que tinha que ser silenciado”. Por outro lado, a família Caon não se afastou da política. Em 1969, Edézio era membro do diretório municipal do MDB e Evilásio continuou na política, sendo novamente eleito para deputado em 1967 e cassado em 1969.

Para compreender melhor o significado das prisões em 1964 são apresentados nas próximas seções fragmentos da história dos três personagens dessa narrativa: Edézio Nery Caon, João Rath de Oliveira e Jaime Garbelotto.

5 O PROFESSOR, ADVOGADO E JORNALISTA

A revolução é irreversível⁵⁶

Aquele dia dei aula na faculdade. Economia Política ou Direito, no Instituto de Educação, na Praça João Costa. Tomei um cafezinho, bati um papinho com os amigos, joguei uma partida de xadrez com o João Rath e pelas onze horas me encaminhei para casa.

Ao chegar em frente ao cinema Tamoio, na rua Mal. Deodoro, uma caminhonete aproximou-se ultrapassando-me e parou. Dela desembarcou um rapaz, de uns vinte anos, bem vestido, falou-me com gestos convincentes:

“vocês, esta noite vão ser presos. Ainda há tempo para vocês se arrancarem. Sabem até o mapa. Tá avisado, ainda dá tempo para se arrancar...”

(CAON, 1979)⁵⁷

O texto acima, escrito 15 anos após a prisão em 1964 por uma das vítimas presas no 2º Batalhão Rodoviário em Lages e no quartel da Polícia Militar em Florianópolis, descreve o que aconteceu naqueles dias de abril de 1964, em Lages, quando do golpe civil-militar no Brasil. O

⁵⁶ O nome não tem relação com a tomada de poder pelos trabalhadores. A palavra revolução está em acordo com os integrantes do regime que, desde o início, tentaram criar a ideia de que o golpe foi na verdade um ato pela democracia.

⁵⁷ Registro feito por Edezio Nery Caon, em 1979. Os originais não foram publicados.

autor da epígrafe era o diretor do Jornal de Lajes, Edézio Nery Caon, um trabalhista que defendia o governo de Jango nas páginas impressas do seu periódico.

No relato, cuja epígrafe traz um recorte, conta que no dia em que foi preso deu aula no Instituto de Educação – prédio do extinto Colégio Aristiliano Ramos -, que ficava na Praça João Costa, no centro de Lages. Como de costume, tomou um café, conversou com os amigos e jogou uma partida de xadrez com João Rath, provavelmente na livraria de propriedade deste; era comum à época intelectuais se reunirem para jogar no local. Por volta das 11 horas - possivelmente 23 horas -, quando estava a caminho de casa, algo inusitado aconteceu. Ao chegar em frente ao cinema Tamoio, à rua Marechal Deodoro, de uma caminhonete desceu um rapaz que o teria alertado: “[...] vocês, esta noite vão ser presos. Ainda há tempo para vocês se arrancarem. Sabem até o mapa. Tá avisado, ainda dá para se arrancar... virou as costas e foi embora. Nunca mais vi esse rapaz nem soube seu nome [...]” (CAON, 1979).

Foi nesta noite que acordou sobressaltado. Ele relata: “*saí de pijama e deparei com um sargento armado. Por sinal era meu aluno da faculdade...*” Para não ser levado de pijama, rapidamente trocou de roupa na varanda de casa (Figura 3). Neste registro de memória, lembra que havia soldados armados com metralhadoras, que ficaram aguardando do lado de fora. “*Embarcamos, eu, o sargento, um comissário, um tal Eustácio e uns cinco ou seis soldados. Alguém teria comentado: “vamos ver se os outros caem como esse, que foi um patinho...”*”.

Depois da prisão de Edézio, segundo suas memórias escritas, o grupo teria ido para a casa de Luiz Rodrigues Bica, que ficava perto do Fórum,⁵⁸ na época no antigo prédio, na esquina das ruas Benjamin Constant e Hercílio Luz. Mas o médico, que também atendia em outra cidade, só foi preso dias depois. Miguel Mesa foi detido no dia seguinte. Ao chegar ao quartel do Batalhão do Exército, muita movimentação. Soldados armados andavam de um lado para o outro, viaturas chegando e oficiais dando ordens. Havia agitação.

⁵⁸ O prédio atual, na avenida Belizário Ramos, foi inaugurado em 27 de agosto de 1993 (COSTA, 1982).

Figura 3 - Casa em que morava Edézio quando foi preso.



Fonte: acervo pessoal da autora.

Edézio passou por muitos militares e foi revistado. Ao desembarcar, sentiu-se importante: “[...] movimentar duas patrulhas, muitos oficiais, diversas viaturas, algumas metralhadoras e algumas continências: uma encenação napoleônica por nada. Ainda bem que eu mudei de roupa” (CAON, 1979). Ao chegar, encontrou pessoas conhecidas: Arnaldo Waltrick, José Roncáglio⁶⁰ e Ernani Rosa. No local não havia cama, nem cadeira, apenas duas mesas de bilhar.

Em silêncio, ele e os outros ouviam a movimentação do lado de fora. Dos que já estavam presos no Batalhão⁶¹ quando ele chegou, Edézio opina sobre o motivo da prisão: “O Arnaldo Waltrick, ele havia escrito no jornal, artigo denunciando umas roubalheiras... O Nicolau Roncáglio tinha fama de ser e não escondia mesmo; devia ser preso. O Ernani Rosa, não sei, pois ele era da UDN, muito contra nós” (CAON, 1979). Quem estava sendo procurado era o irmão, Arnaldo Rosa. No caso de Arnaldo Waltrick, ele foi processado pela Lei de Imprensa pela publicação do artigo “Desmarcarem os Tubarões” (Figura 4), escrito por ele, porém

⁶⁰ Segundo Licurgo Costa, na obra "O Continente das Lagens", Nicolau Roncáglio, a partir de 1947, integrou o Partido Comunista em Lages junto de Laudelino Rosar, Minoti Becari, Hugo Borges e Jaime Garbelotto.

⁶¹ Os nomes dos presos citados foram confirmados no Inquérito Policial Militar. Algumas das situações descritas por ele fazem sentido quando analisada a entrevista de João Rath de Oliveira (GEADA DE CHUMBO, 2021). Usamos, todavia, esses registros para tentar entender o contexto das prisões.

assinado com o pseudônimo de Rodrigues Neto. O artigo criticava principalmente o prefeito Wolny Della Roca (PSD), pela situação precária da cidade, e conclamava a população a agir, mesmo que com violência, a exemplo de um acontecimento em Florianópolis.

Figura 4 - Jornal de Lajes, 28 de março de 1964.



Fonte: Museu Histórico Thiago de Castro.

Interessante refletir que o artigo é do dia 28 de março, alguns dias antes do golpe. Conforme descrevemos mais à frente, a lista com o nome de quem deveria ser preso foi feita por civis, ligados aos partidos políticos em Lages. Oras, o prefeito criticado era do PSD.

Voltando ao relato do nosso memorialista, ele conta que em determinado momento os presos receberam a ordem para não conversarem. Para Edézio, isso teria sido muito difícil, porque ser obrigado a ficar em silêncio “parece que desperta a vontade de falar” (CAON, 1979). Até um "guarda" foi colocado no local para evitar que trocassem palavras. Mas eles não foram os únicos presos; outros conhecidos foram chegando: Ariovaldo Caon, vereador pelo PTB e irmão de Edézio, Jonas Martins, Jaime Garbelotto, Herasmo Furtado e Eurávio Guilherme

Zanoni, que também escrevia para o Jornal de Lajes. Foram levados para lá, também, Dioclécio Vieiro, Osni Paim, Júlio Nunes, vereador pelo PTB e conhecido como Julico, Nelson Sartor e Epitácio Borges, dono de uma olaria no bairro Penha. Havia ainda o Otacílio Calixto, morador do bairro Morro do Posto.

O narrador dessa história, que nos ajuda a acessar os fatos do passado, conta que o vereador Julico chegou de madrugada, “[...] não deu bola para ninguém. Tirou o casaco, enrolou e fez um travesseiro, botou aquela trouxa em cima da mesa de bilhar e deitou a dormiu. Estava em silêncio esquecido de toda aquela barulheira. Até ressonava...” (CAON, 1979). Erasmo Furtado e Dr. Alceu fizeram greve de fome por alguns dias. Não é possível saber quantos dias permaneceram assim, “sentados na guarda da cama, acabrunhados, que nem se moviam” (CAON, 1979).

Tudo indica que foi depois de 48 horas que mudaram de alojamento. Após a primeira noite dormindo em cama, receberam o café pela manhã e foi então que o nosso personagem percebeu que havia outros “convidados”, Arnaldo Muniz e João Rath. É comum a presos políticos, como é o caso que descrevemos aqui, embora alguns nem tivessem qualquer justificativa para serem considerados adversários do regime, a confusão com datas e horários. Sabemos que aconteceu nos primeiros dias de abril. “[...] também estava quente pois devia ser 10 de abril [...]”, descreve Edézio. De acordo com os documentos, no dia 10 de abril ele estava preso e prestou depoimento.

Ao receber uma mala enviada pela esposa, a surpresa: havia o tabuleiro de xadrez, e aproveitou para passar o tempo jogando com João Rath. Alguns dos pensamentos explícitos neste registro precisam ser melhor analisados. Escrito em 1979, ano da Lei da Anistia, o tempo decorrido pode ter atenuado o tom ou mesmo relativizado o período da prisão. Outro aspecto é que Edézio era um escritor que gostava de usar do humor. Em alguns trechos percebe-se a intenção de fazer um texto cômico.

Embora seja a percepção de um dos homens presos, a lembrança, relacionada ao passado mas recordada no momento em que foi escrito o texto, não está isolada da coletividade. O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990) defende que uma memória pode apoiar-se nas nossas lembranças, mas também, *e não menos importante* (grifo da autora), na dos outros. O mais interessante, apesar de soar estranho em um primeiro olhar, é que elas, as memórias, permanecem coletivas, mesmo que sejam acontecimentos em que somente um indivíduo esteve presente. Para o autor, “[...] é porque, em realidade, nunca estamos sós [...]” HALBWACHS,

1990). Temos, juntos de nós, a coletividade, ou seja, pessoas que integram nossa existência; a sociedade é parte intrínseca do que somos.

Edézio foi professor, jornalista, advogado, político e escritor.⁶² A família era ligada à política, sendo um irmão deputado e o outro, vereador - Ariovaldo Nery Caon, também preso e indiciado. Filho de Álvaro Nery dos Santos e Corina Caon, Edézio nasceu em Vacaria no ano de 1921 e faleceu em 1982. Trata-se de uma família matriarcal considerando que o sobrenome Caon é da mãe. Veio para Lages com seus irmãos, Galvão e Evilásio Nery Caon, onde estudou no Colégio Diocesano. Em Porto Alegre, fez a graduação em Filosofia e em Direito - Ciências Jurídicas. Em 1949, começou a advogar em Lages.

Em Lages, iniciou no jornalismo juntamente a Sirth Nicolléli e Evilásio, na sociedade do jornal Correio Lageano, que depois ficou com José Paschoal Baggio. Segundo o filho Edézio Henrique Waltrick Caon, em entrevista para esta pesquisa: “quando saíram da sociedade, em 1963, fundaram o Jornal de Lajes, que tinha um cunho filosófico ligado à filosofia do PTB na época [...]”. Trabalhista, usava o jornal para defender as Reformas de Base, apoiar o presidente João Goulart e o PTB. E foi principalmente pela atividade no jornalismo que teria acontecido sua prisão.

Ele foi preso porque dirigia um jornal com a linha filosófica trabalhista, o jornal de Lages tinha a filosofia no trabalhismo na questão social na proteção de trabalhadores e nos direitos dos trabalhadores, isso tinha. Meu pai era na época presidente do PTB e como ele relata, nas vésperas da revolução ele foi procurado por dirigentes políticos do PSD, dizendo que havia uma seleção de pessoas que seriam presas, logo no começo de abril de 1964 e que ele poderia ser poupado na prisão se assumisse a postura de que o PTB de Lages não lançaria candidato à prefeitura de Lages na primeira eleição seguinte em 1966. Meu pai disse que não iria assumir esse compromisso e que não cogitava negar ou fazer qualquer negativa da história do PTB para benefício pessoal, ou seja, não concordava que o partido ficasse alheio à disputa eleitoral seguinte e preferia, se fosse o caso, ser preso, o que foi feito. Ele foi alertado de que seria preso

⁶² Tem diversos livros publicados. A obra "A Academia", que fez bastante sucesso quando lançada em 1977, mistura ficção e realidade. Raul Arruda Filho escreveu que “Se ninguém é identificado no livro, há que se esclarecer que um dos amigos de Edézio elaborou uma espécie de 'quem é quem' em 'A Academia'. Encostado na porta da livraria, entregou cópias da lista a quem comprou um ou mais exemplares do livro. Mais do que um 'plus' para a compreensão da leitura, essa relação de nomes se tornou 'Cult'. Os leitores, com a lista ao lado, puderam conferir alguns dos detalhes sórdidos que constituem a vida provinciana”. Disponível em: <http://raulealiteratura.blogspot.com/2012/02/academia-e-o-retrato-da-aldeia.html>. Acesso em: 06 jun. 2021.

e não se permitiu fugir, desaparecer ou se esconder, esperou o acontecimento, foi preso e ficou 41 dias (CAON, informação verbal, 2022).

Ficou 42 dias encarcerado, sendo 20 dias em Lages e o restante em Florianópolis. Seu primeiro interrogatório foi em 10 de abril, na presença do capitão Jorge Feijó, escrivão da delegacia Nelson Martins de Almeida, e do segundo sargento Waldir Corrêa.

Aquele mesmo dia fomos interrogados. Sem ensaiar improvisamos um festival de desculpas e mentiras. Eu só tinha uma preocupação: provar que não era nem corrupto, nem comunista. Não era funcionário público e não recebia quaisquer proventos do governo. Defendia a iniciativa privada, tanto é que adquiri coisas para o meu rol particular. Isto os militares não compreendiam, para muitos deles o indivíduo pode provar que não é, mas prevalece a palavra do cabo ou sargento. Preso por não ter cão... Eu apenas não podia negar que era trabalhista e janguista, que estava aliado do infeliz Leonel Brizola (CAON, 1979).

Trecho do interrogatório em 10 de abril de 1964:

Perguntado o que tem a declarar sobre (*sic*) os motivos de sua prisão, bem como sobre (*sic*) a sua participação em atividades políticas sua ideologia e pensamento, etc, respondeu que ultimamente (*sic*) é um dos dirigentes do PTB em Lajes (*sic*) e que o partido vem sofrendo um assédio de elementos comunistas com os quais tinha contatos de rua, de onde possivelmente partiu a suspeita lançada sobre (*sic*) a sua pessoa. [...] Ressalva que é seu pensamento a vinculação com comunistas, sem poder afirmar; quanto ao grupo dos 11, declarou que o PTB, em Lajes (*sic*) apenas tolerou a ação de elementos que pensavam em formá-los, sem aconselhá-los e que o fizessem [...] recebeu solicitações de elementos do partido para ceder a sala para reuniões e que acabou cedendo, tendo havido reuniões cerca (*sic*) de 2 meses [...]. Nessa altura o PTB já constituía em duas alas distintas, uma brizolista, favorável ao grupo dos 11 e a outra que mantinha dentro da linha trabalhistas, sem participação com esses grupos; acredita que não tinham os grupos de 11 chegado a receber armamento. Quanto à colaboração de elementos comunistas no Jornal de Lajes, que dirige, explica, com relação a Jaime Garbelotto [...] por ter sido dirigente da Associação inter-sindical (*sic*) na ocasião em que comprou o Jornal; houve uma concorrência para essa compra chegaram, então, a um acordo (*sic*), em que uma meia folha, mais ou menos, seria para os sindicatos [...] (IMP, 1964).

O registro desses fatos, longe de nos dar uma resposta, apenas nos indica que Lages vivenciou o golpe civil-militar de forma intensa. Até porque a memória é um filtro, é parte de um acontecimento e é, também, a interpretação do narrador no presente. A cidade de cerca de 121 mil habitantes⁶³ na época não ficou indiferente com a prisão de funcionários públicos, jornalistas e políticos. Ainda mais que parte desses homens foi levada à capital do estado de

⁶³ Segundo censo do IBGE de 1962, Lages era a maior cidade do estado, com 121.027 habitantes. Na época sua dimensão territorial era maior do que é atualmente. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1962/populacao1962aeb_07_08.pdf Acesso em: 06 jun. 2021.

Santa Catarina, onde estavam outros presos políticos. O filho de Edézio, que leva o nome do pai, tinha 11 anos e o irmão tinha 5 anos. Sobre as prisões, o filho diz que:

[...] essas prisões estavam ligadas ao pensamento de um grupo que fazia, digamos, acatava, as mensagens de, principalmente, Leonel Brizola. Essas pessoas eram apenas idealistas. Então, houveram (*sic*) prisões, nós tivemos aqui em Lages cerca de 20 a 25 prisões, mas um processo que os levou a responder pelos atos desse possível grupo de onze; foram onze processados num processo que terminou na Auditoria Militar em Curitiba e dois foram processados no mesmo processo, nos mesmos autos, que foram meu pai Edézio Nery Caon, por ser diretor de jornal e permitir um artigo de Arnaldo Waltrick contrário a quem tinha ascendido ao poder. Então Arnaldo e Edézio foram processados pela Lei de Imprensa, os outros foi pela Lei de Segurança Nacional (GEADA DE CHUMBO, 2021).

E sobre a repercussão em Lages:

[...] Os padres no púlpito da catedral, eu assisti, por duas ou três ocasiões, incitarem a população a condenar, ou a não aceitar aquelas pessoas que tinham sido presas porque eram contrárias a situação que venceu no golpe. Isso eu ouvi de padres, ali na Catedral, e claro que não pude aceitar, como mais tarde, boa parte do clero esteve contrário aos dirigentes e a ditadura, mas eu vi, eu vi, ouvi e assisti, padres do púlpito da Catedral na missa do domingo, das 10h, condenar o pensamento político e talvez, dizer que aquelas pessoas poderiam contaminar aqueles que vivessem em Lages, o que não é verdade [...] (GEADA DE CHUMBO, 2021).

Em 15 de maio, Edézio depôs novamente, dessa vez na sede da Polícia Militar em Florianópolis. O capitão Hiran foi o responsável e teve como escrivão o sargento Alcebíades Muniz Filho. Edézio declarou que ingressou no PTB em 1946, quando estava em Porto Alegre, e que desde 1950 estava em Lages militando no mesmo partido. Como membro da diretoria executiva do partido, seguia as orientações do diretório estadual. Citou que seguia o direcionamento dado por Doutel de Andrade, principal liderança do PTB catarinense. Com a queda do governo, declarou que o diretório não fez nenhum encontro. O golpe e as prisões de petebistas podem ter silenciado temporariamente as lideranças do partido, mesmo que internamente. Fazer uma reunião nessas condições poderia ser assinar a “sentença” de prisão.

Inquirido sobre questões já respondidas no primeiro depoimento, como permitir que Jaime Garbelotto escrevesse no Jornal de Lajes, Edézio novamente responde que foi um acordo para que os sindicatos tivessem meia página por edição. Disse também que soube, dias antes da prisão, que seu nome estaria em uma lista que seria entregue ao comando do 2º Batalhão Rodoviário em Lages. O depoimento dele é longo, mas não percebe-se uma mudança em relação ao primeiro relato ocorrido em Lages.

Os dias na prisão e os anos esperando a sentença não foram de tranquilidade, mas de ansiedade em meio a uma escalada do regime militar, com censura, perseguições, torturas e mortes em todo o país. Ao rememorar os impactos da prisão, o filho diz que:

De uma certa maneira foi abalado porque na época em que houve a prisão havia uma “caça aos comunistas”, uma perseguição. [...] Aqui em Lages houve uma certa perseguição e um certo distanciamento. Eu como guri sentia isso naquelas convivências, eu tinha 12 anos. Meu pai, de certa maneira... ele deixou o jornal de Lages que foi fechado, não pode mais dirigir ou publicar seus artigos no jornal que ele tinha fundado com o irmão, em razão disso. Claro que há uma preocupação de que aquilo afetou fisicamente e psicologicamente ele. Tem um artigo escrito pelo amigo dele, Nereu Gós e também pelo Estevão Borges que retrata uma queda, caída no ânimo de Edézio Nery Caon após a prisão. Tanto que o processo teve fim somente em 1969 com absolvição total de todos os envolvidos de Lages. Ele teve a absolvição também em 1969 e em 1974 teve o AVC que paralisou a metade dos seus movimentos. E aí ele parou o exercício da advocacia. Claro, houve uma queda física (CAON, informação verbal, 2021).

Não se sai incólume de um encarceramento, ainda mais no caso de uma prisão política orquestrada por um regime autoritário. Embora tenha havido um inquérito e posterior denúncia e julgamento, percebe-se, pelos depoimentos acessados, que não há muito espaço para os esclarecimentos, mas uma tentativa de responder as questões sem se comprometer. Para a família, nas palavras do filho, Edézio era companheiro e, com a esposa e os filhos, tinha uma vida boa e feliz “até que veio a ‘revolução’ e tirou um pouco da saúde dele; nós consideramos, certa maneira injusta a prisão, porque ele não era ligado aos movimentos subversivos de Leonel Brizola, era partidário de Jango”. Na carreira de escritor foram 13 livros, sobre ficção, história e filosofia, especialmente após o acidente vascular cerebral que o acometeu em 1974.

6 UM LIVREIRO COM “CERTAS IDEIAS”

Sonhei que estava morta
Vi um corpo no caixão
Em vez de flores eram livros
Que estavam nas minhas mãos [...]

(JESUS, 1996).⁶⁴

A prisão de João Rath de Oliveira era para ter acontecido, ao que tudo indica, na noite de 8 de abril, junto de outros lageanos, mas ele se recusou a ser levado. Com a negativa, a sua prisão só aconteceu na manhã do dia seguinte, com aparato militar digno de um líder revolucionário, o que ele não era. A sua prisão, aos 39 anos, por militares da Polícia Militar do

⁶⁴ Presente em Antologia pessoal, 1996, de Carolina Maria de Jesus.

Estado de Santa Catarina e do Exército com sede em Lages, foi por subversão. Ficou três dias incomunicável.

O pai de João era Gentil Lorena de Oliveira, agrimensor e rábula, e a mãe, Fausta Rath de Oliveira, uma das primeiras professoras de Lages. Natural de São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul, era casado com Maria Josefina de Oliveira, com quem teve dois filhos. O casal ficou conhecido por manter uma livraria durante cerca de cinquenta anos. João faleceu em outubro de 2016, após conviver com um Alzheimer agressivo.

A Sua Livraria⁶⁵ era ponto de encontro de intelectuais da cidade, entre eles o jornalista e doutor em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina, Raul José Matos de Arruda Filho, que “quase” todos os dias, entre 10h30 e 11h00, ia à livraria. “João foi uma espécie de avô [...] Uma pessoa de quem eu gostava muito. Comecei a frequentar a livraria, nos anos 1980. [...] A partir daí a gente desenvolveu uma certa afinidade, mas não só com João, também com a dona Maria [...]”, (ARRUDA FILHO, informação verbal, 2021).⁶⁶

Inicialmente a livraria ficava na Rua Nereu Ramos (Figura 5), onde atualmente está localizado o prédio da Caixa Econômica Federal. Posteriormente, mudou para outro imóvel na mesma rua, onde hoje tem uma loja de móveis, ao lado da Galeria Dr. Acácio. Os frequentadores da livraria misturavam interesses e assuntos, literatura, comentários sobre a cidade e as pessoas e, evidentemente, política; jogavam xadrez ou damas e bebiam chimarrão. No espaço havia um mezanino - para chegar até ele, subia-se por uma escada em caracol -, onde João ficava e de onde podia observar o movimento do estabelecimento. Nos fundos, no térreo, uma porta levava para um corredor que dava em uma sala, local onde os amigos do casal proprietário se reuniam diariamente.

Aliás, a primeira vez que eu entrei nessa sala eu fiquei muito surpreso porque tinha, assim, pendurado no teto um cacho de banana e alguns salames, e não era uma visão que me era comum. Eu lembro que eu fui lá a primeira vez com o Edezinho Caon, mas o pai dele o Edézio Nery Caon era um frequentador, assim como o Ari Martendal e o senador Celso Ramos Branco (ARRUDA FILHO, informação verbal, 2021).

Ali se reuniam antes de 1964 alguns dos presos pelo regime em 1964. Havia um certo misticismo em relação ao local e a esses encontros. Posteriormente, os encontros continuaram. A sede da Arena, partido político da ditadura, ficava ao lado da livraria. Como os frequentadores

⁶⁵ COSTA (1982) afirma que “A Sua Livraria” foi inaugurada em 1947 e que, junto de João, atendia no local a esposa Maria Josefina de Oliveira. O estabelecimento ficava à então rua 15 de Novembro, atual Nereu Ramos. Teria sido o primeiro local destinado exclusivamente para o comércio de livros na cidade.

⁶⁶ Entrevista realizada em dezembro de 2021.

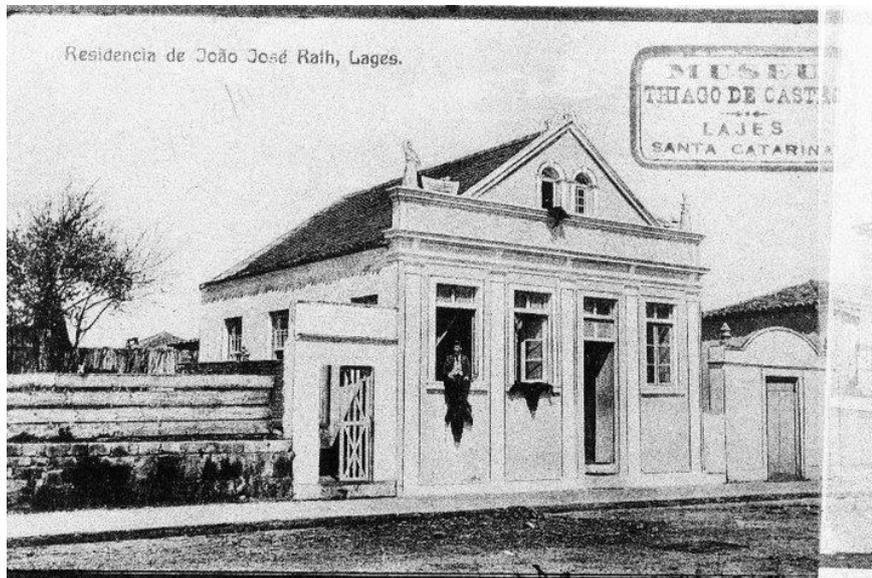
da livraria em sua maioria não frequentavam a Arena, com uma exceção ou outra, propagou-se a lenda de que era o lugar frequentado por comunistas, ao que Raul comenta:

[...] costumava-se dizer que a direita se reunia na sede da Arena e os comunistas na livraria do João Rath. O que era uma bobagem porque comunista nenhum deles era, pelo menos não no sentido teórico do termo. Acho que o Jaime Garbelotto também frequentava, esse sim um comunista (ARRUDA FILHO, informação verbal, 2021).

Sobre a livraria, o entrevistado Edézio diz que:

A Sua Livraria, no começo da Nereu Ramos nos anos de 1960, era frequentada por um grupo de intelectuais avessos a qualquer apologia de personalidades, pessoas simples, lá frequentavam o Estevão Borges, (pensa um pouco) até o Valdon Matos que era Major do Batalhão, o Armando Ramos, o Hélio Rosa, o Ivez Muniz... Na livraria do João Rath tinha na parte dos fundos, após uma cortina, onde tinha uma mesa para jogar xadrez e congregava um grupo muito grande de pessoas que jogavam xadrez na livraria do João Rath e faziam debates políticos culturais. Eu vi frequentando o Jhonny Fischer. Eles faziam reuniões até sociais, na casa das pessoas que lá frequentavam para um conagraçamento familiar. Não havia nenhuma trama, nem um pensamento de destruição, muito pelo contrário, era um grupo de construtores da formação no pensamento de uma Lages melhor (CAON, informação verbal, 2022).

Figura 5 - Casa e livraria de seu João e dona Maria.



Fonte: Museu Histórico Thiago de Castro.

Olhando daqui, em 2021, parece que a subversão de João estava relacionada ao fato de ele ser dono de uma livraria, que reunia homens para falar de política, e membro fundador do

PTB lageano. Nas entrevistas coletadas para o documentário "Geada de Chumbo" (2021),⁶⁷ às quais temos acesso, os entrevistados descrevem situações em que o livreiro abria as portas do seu estabelecimento aos jovens estudantes, dava crédito e emprestava livros para quem não tinha como pagar. E tudo indica que em sua livraria havia livros marxistas e socialistas. Em 1964, após o golpe, a livraria foi patrulhada pela repressão e todos os livros foram verificados.

Sobre a prisão ele contou:

[...] aproveitaram na calada da noite. Na minha casa bateram uma e meia da madrugada. Eles entraram pelo um corredor que tinha do lado, era onde hoje tem a Caixa Econômica, entraram por um corredor, por onde entravam os vendedores de lenha e me bateram na porta dos fundos, na janela dos fundos, porta e janela né Maria? - *pede para a esposa confirmar* - [...] é ordem do comandante você só vai lá e já volta, queriam me levar, eu disse que não. Estou na minha casa, amanhã me chama eu vou lá, não tem problema. Não, mas a ordem é você ir lá agora. Mas lá eu não vou, de livre e espontânea vontade eu não vou. [...] quando chegou no outro dia de manhã às sete horas apareceu, tiram todos os [...] soldados do batalhão [...]. Aí tinha no corredor da casa dois três, na rua dos fundos [...] também tinha, e na frente, esvaziaram todos os pneus [...] uma rural, esvaziaram todos os quatro pneus e um estepe para eu não poder sair. E foi assim que me levaram para o Batalhão fiquei três dias lá, depois me trouxeram em casa com toda a cortesia (GEADA DE CHUMBO, 2021).

No primeiro depoimento, ocorrido em 10 de abril, no quartel do 2º Batalhão Rodoviário onde encontrava-se preso, João foi questionado sobre o motivo que o levou a ser detido, sua participação em atividades políticas e qual a sua ideologia. Eis um trecho do depoimento prestado ao capitão Jorge Feijó, ao escrivão da Delegacia Regional de Polícia de Lages, Nelson Martins de Almeida, e ao segundo-sargento Waldir Corrêa.

[...] respondeu que supõe que o motivo de sua detenção ao fato de reunir amigos em sua livraria para jogar xadrez. Nessas reuniões costumam comparecer Armando Vidal Ramos, Edésio (*sic*) Caon, Joni Fischer, Alaor Schweitzer e, às vezes, aos sábados e domingos, o Sargento Valdon Matos do Batalhão, além de outros [...] já atuou na política, por ter sido um dos fundadores diretório do PTB nesta cidade, estando atualmente afastado de política desde e se desentendeu com o diretório [...] anterior ao atual. Não sabe os pormenores a respeito do Clube dos 11; numa tarde, estava sentado em um banco da Praça João Costa e foi ali convidado por Arnaldo Muniz para assinar uma lista sobre (*sic*) o Grupo de 11, não tendo assinado a mesma [...] (IPM, 1964).

No dia 28 de abril do mesmo ano, João compareceu ao 2º Batalhão Rodoviário para novo depoimento, agora para o capitão Hiran de Aguiar e Sousa, encarregado do inquérito, e para o sargento Alcebíades Muniz Filho, escrivão; assinam como testemunhas, cabo Fabiano Ramos Koche e Ronaldo Antunes da Silva:

⁶⁷ A entrevista de João Rath de Oliveira, que integra o documentário, foi feita pela historiadora Sara Nunes em 2016 e cedida aos diretores.

[...] perguntado se fôra (*sic*) procurado antes da eclosão do movimento que depôs o presidente João Goulart, por elementos ligados ao Sr. Deputado Leonel Brizola, respondeu que não [...] Perguntado se havia sido abordado por alguém na época, mais ou menos, do comício do dia 13 no Rio de Janeiro, pregando ideias subversivas, respondeu que não. Perguntado se sabia alguma infiltração de elementos comunistas PTB de Lajes, respondeu não saber, porquanto não frequenta reuniões ordinárias do partido. [...] perguntado se sabia o motivo porque fôra (*sic*) preso quando eclodiu o movimento que depôs o presidente João Goulart, respondeu que não. [...] Perguntado de fatos alegar ou provas que justifiquem sua inocência, respondeu que nada mais sabe para declarar (IPM, 1964).

Considerando o Brasil um estado democrático de direito, não há provas nos dois depoimentos, por parte dos militares que fizeram o interrogatório, que justificassem a prisão no início de abril. A partir do golpe civil-militar, contudo, os atos institucionais (17 no total), as prisões e os interrogatórios seguem outros ritos. O Ato Institucional de 9 de abril de 1964, que embasou as prisões, tem no artigo 8º o seguinte: “Os inqueritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente”.

Analisando os depoimentos de 1964, no calor dos acontecimentos, parece-nos que há a intencionalidade de se proteger. Os militares, por sua vez, fazem perguntas sobre outros suspeitos de subversão. Essa subversão, podemos concluir, trata-se de alinhamento ao PTB, ideias de esquerda e oposição ao golpe. João nega sua participação no Grupo dos 11. No depoimento no final de abril, diz o seguinte “[...] perguntado se sabia, digo, se o Sr. Arnaldo Muniz lhe dissera a razão da organização desses grupos, respondeu que não, porquanto haviam escrito à Rádio Mairink Veiga com o fim de obter instruções, instruções essas nunca recebidas [...]”. No primeiro depoimento, em 10 de abril, ainda preso:

[...] Declarou que em uma oportunidade a que compareceu no escritório de Edésio Caon,⁶⁸ foi interpelado por Jayme Garbelotto “se estava em condições de entrar no movimento nacionalista” e tendo respondido que não interessava, aquele (*sic*) lhe retrucou que “nós precisamos mesmo saber quem são os traidores da Pátria. [...] (IPM, 1964).

Pelos depoimentos e pela entrevista que ele concedeu, em 2006, ao documentário "Geada de Chumbo" (2021), percebe-se o desconforto pela situação. Ao comentar sobre as declarações às autoridades militares, revela a forma como ocorreu. Havia a intenção de que os

⁶⁸ A grafia correta é Ezézio Nery Caon, porém deixamos a escrita conforme o documento militar.

presos se acusassem. Nos depoimentos, percebe-se que eram incentivados a falar sobre os companheiros: “queriam que a gente acusasse os outros [...] isso a gente só soube depois. [...] fizeram um questionário em que pediam que o que estava sendo ouvido acusasse um dos companheiros. [...] incentiva o desespero, boa parte estava em estado de choque” (GEADA DE CHUMBO, 2021).

João reconhece que falou apenas o necessário. Foi hábil com as palavras e conseguiu convencer que não era um subversivo ou comunista. Em outro trecho do documentário, João Rath faz uma análise sobre o regime ditatorial, uma reflexão sobre seu sentimento a respeito.

Para mim, pessoalmente, foi um desencanto, o cerceamento da liberdade de pensar, é proibido, é vetado pensar a não ser que você concorde com os donos do poder. E isso é sempre ruim porque você nunca pode ter ideias próprias, porque tê-las e não poder divulgá-las também é cerceamento da liberdade (GEADA DE CHUMBO, 2021).

Por conta da prisão, acabou saindo do emprego de funcionário público federal. Não suportou a pressão dos inquisidores, seus colegas de trabalho. No depoimento relata que iniciou na carreira em 1957, nomeado pelo Ministro da Agricultura da época, Mário Meneghetti. Sua função era no serviço de proteção do trigo e no auxílio dos agricultores no preparo do plantio. Em junho de 1964, depois de tentar uma licença de um ano sem vencimentos, deixou o trabalho.

[...] em junho perdi o emprego [...] o clima era extremamente hostil, era insuportável e eu pedi, então, licença por uns tempos, para aliviar. Eles disseram que não podiam dar e eu pedi licença sem vencimento de um ano. [...] eles disseram que não dava, só se eu ficasse lá até vim uma solução. Eu não fui mais, porque era demais a pressão que eles faziam sobre a gente. Porque tudo quanto era acusação contra agente eles faziam era na lata sem o mínimo respeito, eu me senti tremendamente ofendido, mas não poderia reagir de forma nenhuma, porque o negócio era... A minha livraria foi patrulhada, todos os livros foram verificados [...] (GEADA DE CHUMBO, 2021).

Embora não tenha sido processado após a prisão, João não passou incólume, como pudemos perceber. Raul, ao puxar os fios da memória, do tempo em que conviveu com João, disse que ele não falava muito sobre o assunto.

O que ele me disse foi que ficou menos de uma semana, menos de uma semana preso, e que passou grande parte desse tempo jogando xadrez com Edézio Ney Caon. [...] Ele falava muito pouco sobre isso, talvez porque não tenha boas lembranças. Tem uma história que repetia sempre, que quando ele foi preso perguntou porque estava sendo preso e responderam o seguinte: “não é porque você tem as ideias certas, mas porque você tem certas ideias”. Eu não sei se essa história é verdadeira, o João adorava trocadilhos, então, talvez tenha adaptado. De qualquer forma é uma história que eu levo em consideração, não é porque você tem as ideias certas é porque você tem certas ideias (ARRUDA FILHO, informação verbal, 2021).

Além das prisões, muitas pessoas perderam seus empregos públicos e tiveram, em várias cidades do Brasil, “toda sorte de violências e humilhações contra os adeptos do governo deposto, e até alguns assassinatos” (RIDENTI, 2014). Essa lembrança aconteceu 40 anos após a prisão. Percebe-se pela fala de João que mesmo passado todos esses anos e mesmo que ele não tenha sido indiciado, há um desconforto ao recordar. Um relatório assinado pelo capitão Hiran de Aguiar e Sousa, em 10 de junho de 1964, informa que “nada vi que o implicasse como elemento subversivo e conseqüentemente não está incluso no artigo 8º do Ato Institucional” (IPM, 1964).

7 O COMUNISTA

A beleza das coisas simples,
A felicidade dos imensos nadas,
Ser natureza unicamente
E tudo compreender...

Ser simples,
Na simplicidade cheia de força
Que a natureza tem;
Me irmanar com a vida,
Senti-la profundamente,
Fazer em meu ser profundas chagas
Com a dor de todos,
E me sentir compensada
Na alegria do voo de um pássaro,
Na misteriosa poesia
De estrelas morrendo
Envoltas em luz

(MALHEIROS, 1953)⁶⁹

Jaime Garbelotto foi alfaiate e funcionário público. Escrevia para o Jornal de Lajes e era apaixonado por futebol. Filho de Delícia e Rafael Garbelotto, aos 12 anos mudou com a família de Florianópolis para Lages, no ano de 1940. Teve uma infância pobre. Na velhice foi uma figura considerada um pouco excêntrica, talvez. Morava sozinho e alimentava pássaros que apareciam em sua casa. Não há informação de que teve esposa ou filhos. Era sempre visto de

⁶⁹ A escritora, que também foi presa em 1964 por pertencer ao PCB, era esposa de Salim Miguel, que ficou detido com outros presos, incluindo os lageanos, no mesmo ano. Eglê é citada no livro "Helena" (GARBELOTTO, 2007) e é filha de Rita Malheiros, por quem Jaime demonstra ter respeito e consideração. Ela, o irmão e a mãe saíram de Lages após a morte do pai, Odílio Cunha Malheiros, diretor do jornal "A Defesa". O pai foi assassinado em 1932, na rua Correia Pinto, por Jorge Zacarias Affonso Barroso. Odílio pertencia ao partido Legião Republicana Catarinense.

terno e frequentava os jogos de futebol do Internacional de Lages, no Estádio Vidal Ramos Junior.

Em 1964, ficou 91 dias preso, entre Lages e Florianópolis. Era, tanto para o regime militar como para os conhecidos, um comunista. Jaime teve uma trajetória ligada à esquerda dos anos de 1950 a 1960. A sua atuação na imprensa só aumentava a sua fama de comunista. No Jornal de Lajes assinava a coluna Tribuna Popular JG, onde expressava suas opiniões políticas. Na edição de 7 de março de 1964 (Figura 6), publicou informações sobre o comício do dia 13 na Central do Brasil. Jaime termina o texto comentando que um grupo de fascistas teria impedido um comício em Belo Horizonte, Minas Gerais, “comandados por um deputado galinha-verde (Abel Rafael) e um padre arruaceiro (reverendo Botelho)” (JORNAL DE LAJES, 1964). Ao chamar o deputado de “galinha-verde”, ele se refere a um termo comum na época para definir os militantes do movimento integralista e declara uma posição contrária ao fascismo. No que se refere ao padre Botelho, também não mede palavras e, dessa forma, ataca não apenas a figura do religioso, mas também a do clero. Temos de considerar que a Igreja Católica tinha um jornal em que expressava opiniões políticas. Guia Serrano e Jornal de Lajes eram antagônicos.



Figura 6 - Jornal de Lajes, 07 de março de 1964.

Fonte: Museu Histórico Thiago de Castro.

No final da década de 1950 e início dos anos 1960, Jaime participava ativamente do PCB. Em seu livro autobiográfico "Helena",⁷⁰ ao comentar sobre uma companheira do partido, Rita Costa Ávila Malheiros,⁷¹ descreve: “participamos juntos em reuniões partidárias clandestinas em Florianópolis algumas vezes. Era uma companheira de notável valor. De uma pureza ideológica sem igual” (GARBELOTTO, 2007, p. 86).

Em um sábado de 1961, provavelmente em Florianópolis, Jaime esteve em uma reunião que reuniu comunistas de todo estado. Havia uma preocupação com a possibilidade de um ataque de opositores: “surgiu a notícia de que elementos anticomunistas, principalmente agentes do DOPS e integralistas [...] pretendiam explodir uma bomba e acabar com a reunião” (GARBELOTTO, 2008, p. 181). Estavam reunidas cerca de 30 pessoas, o hino do Partido Comunista Italiano foi cantado e um representante nacional esteve presente. O relato dele revela que o seu envolvimento com partido não era de mero espectador, “tendo usado a palavra o companheiro Josué, que não era outro, senão, eu mesmo” (GARBELOTTO, 2007, p. 183).

Preso aos 35 anos, foi indiciado e perdeu o emprego público por conta do AI-1. Escriturário interino, nível 8 A, do quadro permanente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), foi demitido por conta da prisão e do resultado do IPM, que o levou a sofrer um processo que só chegou ao fim anos depois. O nome dele está em um documento de 102 páginas, datado de 1972, enviado pelo Conselho de Segurança Nacional – Secretaria Geral – Gabinete ao “GE, para exame e arquivo do documento incluso, se for o caso”. Na segunda folha consta “Relação do pessoal atingido pelo art. 7º do Ato Institucional (Responsabilidade do presidente da República)”. De acordo com o documento, ele perdeu o emprego em 29 de setembro de 1964.

Quatro entrevistados do documentário "Geadas de Chumbo" (2021) afirmam, sem meias palavras, que Jaime era comunista. Os militares também, tanto que ele foi preso em Lages, no

⁷⁰ O livro não foi publicado, porém há algumas edições datilografadas pertencentes a pesquisadoras, como Carla Juliane Souza e Eveline Andrade Dias, as quais, generosamente, compartilharam para esta pesquisa. Na obra, dividida em quatro partes, há ficção, memórias familiares e dados históricos, especialmente das décadas de 1930, com nomes de pessoas e estabelecimentos existentes à época.

⁷¹ Costa (1982) dedica alguns parágrafos para tratar do Partido Comunista em Lages. Em seu texto, aponta que o médico César Augusto da Costa Ávila teria alcançado projeção nacional, atuado ativamente no partido e tendo participado, em 1935, da “Intentona Comunista”. O autor diz que Rita, “doutrinada” pelo irmão César, tornou-se uma “ferrenha comunista” e foi uma importante liderança do partido em Santa Catarina.

ano 1964, e transferido com outros presos para Florianópolis. Indiciado e julgado, em 1969 foi inocentado em um julgamento na 5ª Região Militar,⁷² em Curitiba.

Na denúncia do Ministério Público Militar em 1965,⁷³ era descrito como militante comunista “bastante ativo e doutrinador”. Segundo os documentos da repressão, distribuía jornais de esquerda, como o Classe Operária, Vóz Operária, Seminário e Novos Rumos. Joffity (2014, p. 17), ao refletir sobre o cuidado que devemos ter ao analisarmos os documentos produzidos pelo regime, chama a atenção para o contexto da Guerra Fria, em que se opunham dois polos, os Estados Unidos capitalista e a União Soviética socialista: “conduziu a uma tendência a superestimar a gravidade das transgressões [...] uma reunião de bairro podia significar, na visão dos militares, um risco para a segurança nacional”.

Os dois depoimentos que constam no processo foram realizados em 9 de abril de 1964, em Lages, no 2º Batalhão Rodoviário, e em 11 de maio do mesmo ano, em Florianópolis, na sede do Departamento de Ordem Política e Social de Santa Catarina (DOPS-SC), onde o indicado era fichado. A informação é revelada no IPM. No depoimento na capital, o delegado responsável pelo interrogatório foi Arnaldo Martins Xavier. O policial teria mostrado ao depoente uma declaração de 13 de novembro de 1953, de um interrogatório em Lages, realizado pelo delegado capitão Piraguay – assim consta no documento. Jaime teria reconhecido ser sua declaração e assinatura. Eis o que o se lê no documento do DOPS citado no IMP:

Que o declarante foi filiado ao partido comunista brasileiro quando sua existência era legal mas que hoje é apenas um comunista, porquanto não existe legalmente o partido; que o declarante recebe, do Rio de Janeiro, e vende ou distribui nesta cidade, jornais de propaganda comunista; que com referência as carteiras do partido comunista apreendidas hoje em sua casa e contendo o nome das pessoas nesta cidade, foram feitas para serem distribuídas entre pessoas que se interessassem em ajudar a imprensa popular (IPM, 1964).

A atividade do depoente, anterior a 1964, estava no centro das perguntas do inquiridor. Na sequência, segue sendo questionado sobre sua vinculação ao PCB. São mostrados documentos, como uma carteira de filiação ao partido, do diretório de Lages, com o nome de Wilson Vidal Antunes. Jaime teve que responder sobre a filiação do mesmo e a distribuição de jornais de esquerda. Ao ser inquerido sobre qual a “Comissão Estadual em Florianópolis que

⁷² Funcionava onde hoje está instalado o Shopping Curitiba, na Rua Brigadeiro Franco. O prédio histórico foi projetado em 1886, pelo engenheiro Francisco Monteiro Tourinho. Em 1989, o imóvel foi vendido pelo Exército Brasileiro; desde 1996 é o shopping.

⁷³ Além de Jaime, outros acusados de Lages: Vitor Pedro Boscato, Nelson José Sartor, Luiz Rodrigues Bicca, Wilmar Bertelli, Eurávio Guilherme Zanoni, Otacílio Calixto dos Santos, Armando Muniz, Edézio Neri Caon, Ariovaldo Nery Caon, Alcebíades Cândido Pinheiro, Arnaldo Borges Waltrick, Lineu Batista e Emílio Andermann.

lhe enviava bônus em 1953 para ajuda de campanha em prol (*sic*) da campanha da imprensa comunista”, (IPM, 1964) teria respondido que eram bônus de diversos valores e não recordava o nome da comissão, tampouco quais os impressos.

Comparado ao primeiro depoimento, é possível suspeitar que este foi mais duro, a começar pelo local em que foi realizado. O DOPS, criado em 1924, já tinha experiência nos interrogatórios de “suspeitos” de “crimes” políticos e foi responsável por torturas, especialmente de militantes comunistas, na ditadura civil – Estado Novo. Ligado às Secretarias de Segurança Pública dos estados da federação, de 1964 até 1969 foi atribuição do órgão a repressão política. Após a criação do DOI-CODI, assumiu um papel secundário.

Chama a atenção o fato que, diferentemente dos interrogatórios realizados em Lages, apenas o nome do delegado é citado no início do documento.⁷⁴ O resultado dos interrogatórios, gerados pelos militares de Lages, contava na abertura com o nome de todos os presentes e ao final, datilografado, o nome do escrivão e a assinatura de todos, incluindo o depoente. Neste documento, porém, consta apenas o nome do delegado e não há assinaturas. É possível que no original esteja diferente. No final do interrogatório consta: “Lido e achado conforme vai este termo assinado na forma de Lei, comigo, (assinatura ilegível), Escrivão que o subscrevo. (a) Arnaldo Martins Xavier – Delegado do DOPS (a) Jaime Garbelotto – Declarante” (IPM, 1964). Se todo o documento é datilografado, por que apenas o nome do escrivão estaria à caneta? Considerando que o depoimento e “conferência” da cópia é de 11 de junho do mesmo ano, menos de um mês depois, não poderia ser consultado o DOPS a respeito do nome do escrivão?

O depoimento dele ao DOPS é curto. Jaime tem mais que confirmar o que o delegado apresenta. No início diz não lembrar quais impressos recebia, os jornais/revistas que distribuía. No final, após responder sobre a sua proposta de filiação ao PCB, segundo o documento, com a sua assinatura, parece que há uma mudança de atitude do depoente.

[...] reconhece, igualmente, sua assinatura; que não se recorda, entanto, que havia preenchido a mesma; que o jornal que o declarante recebia do Rio de Janeiro em 1953 era o EMANCIPAÇÃO; que as carteiras que foram referidas anteriormente destinavam-se a relacionar nomes de pessoas que poderiam receber jornais da imprensa popular. Nada mais disse nem lhe foi perguntado (IPM, 1964).

No primeiro depoimento, o preso afirma ter jornais socialistas e nega que seja comunista ou ligado ao PCB, mas admite que antes de 1960 era “adepto simpatizante do credo comunista”.

⁷⁴ Trata-se de uma cópia autêntica, conforme descrito no centro da página, no início do documento. Ao final, tem a assinatura do capitão Jorge Feijó, e o restante da frase, escrita à caneta à data de 11 de junho de 1964, está ilegível. Pelo que observamos nos outros documentos, também cópias autênticas, consta: “confere com o original” e a assinatura do responsável pela conferência.

Ao ser inquirido sobre sua “corrente político-intelectual”, coloca-se como uma pessoa que defende a paz entre os povos.

Raul José Matos de Arruda Filho, na entrevista realizada para esta pesquisa, embora não tivesse intimidade com Jaime, o conhecia pela proximidade com João Rath: “o Jaime era membro do Partido Comunista, o João era do PTB, mas o Jaime era do Partido Comunista, já tinha outra conotação. Tanto que ficou preso um bom tempo [...]” (ARRUDA FILHO, informação verbal, 2021). Lembra, contudo, de uma vez que esteve na casa de Jaime (Figura 7) para pegar informações sobre um jogo de futebol e propôs fazer uma entrevista, pois queria escrever sobre suas convicções comunistas. Raul era *freelancer* do jornal A Notícia, de Joinville.

No horário marcado eu fui na casa dele, ele morava ali na frente da delegacia de polícia, na Rua Lauro Müller, entrava em uma servidão. Essa servidão ainda existe, esses dias passei ali, só que tem um edifício enorme na frente, mas parece que a casa que ele morava ainda existe, nos fundos. Você entrava na servidão, ao lado da lanchonete Martinez, que também não existe mais, agora é uma pizzaria. Você entrava ali na servidão, ele morava numa casinha de madeira nos fundos (ARRUDA FILHO, informação verbal, 2021).

Figura 7 - Residência de Jaime Garbelotto.



Fonte: acervo pessoal da autora.

A ideia de entrevistá-lo surgiu após bisbilhotar, discretamente, a casa de Jaime. Raul percebeu que ele mantinha uma coleção de discursos de líderes da antiga União Soviética.

Ele me deu as informações que eu tinha pedido, agradei e disse, e esses livros todos aí, será que a gente não podia escrever alguma coisa sobre o senhor, eu já estou até vendo a manchete: “O último comunista”. Fiz o gesto como se eu tivesse vendo a manchete já publicada no jornal A Notícia. Ele me olhou puto da vida, acho que ele ficou furioso, e me disse: “Eu sou um soldado do partido, só faço aquilo que é determinado pelo partido”. Considerei isso um não e, obviamente, fiquei meio chateado, porque perdi ali a chance de ganhar uns trocados, mas enfim, vida que segue. E é basicamente esse o meu contato com o Jaime Garbelotto (RAUL, informação verbal, 2021).

O encontro descrito acima é esclarecedor no sentido de ser uma memória que traz um diálogo com o personagem deste capítulo. Jaime revela ser “um soldado do partido”. Mesmo depois de preso em 1964 e de sofrer o inquérito, ele não deixou as suas convicções. Não conseguimos acesso a dados de sua filiação – tentamos com o PCB catarinense –, apenas a sua confirmação para o jornalista, em que admite ser integrante do partido. De todo modo, a relevância está no fato de que Jaime permaneceu fiel as suas convicções políticas, mesmo após a prisão. O jornalista Ilson Chaves diz que Jaime “era um cara assim, revolucionário, um homem de esquerda, um homem simples, não era intelectualizado, mas assim de uma verve, de uma empolgação, humanismo imenso, assim, um ser humano fantástico, admirável” (GEADA DE CHUMBO, 2021).

O advogado lageano Maurício Neves de Jesus conviveu com Jaime nos anos 2000. Em depoimento ao mesmo documentário, conta algumas impressões e diálogos que demonstram um pouco do que ficou em sua memória a respeito do período. Ao ser abordado a respeito do que escreveu sobre sua vida, demonstrou insatisfação e relutância em dar detalhes. Nas palavras de Maurício:

Isso são coisas que eu escrevi que não quero esquecer, achei que algum dia, talvez, pudesse ter valor, achei que algum dia o mundo ia estar diferente, então essas memórias teriam... seriam úteis, mas o mundo está diferente para pior e pode ter certeza que ninguém quer ter acesso a isso, as pessoas não se importam com isso. Ora, veja você ainda hoje as pessoas dizem que a época da ditadura é era que era boa. Então, não posso mostrar isso para ninguém. De onde eu deduzi que era do que ele havia passado, do período de prisão, do que ele havia sofrido na época da ditadura militar (GEADA DE CHUMBO, 2021).

Jaime, diferente dos outros dois personagens, era militante comunista. “[...] eu o defendi na indenização da Anistia pelo Estado de Santa Catarina e era comunista convicto, admitia ser comunista e nunca negou essa condição, nem no processo quando foi preso [...]” (CAON,

informação verbal, 2022). Militantes do PC foram perseguidos, presos, mortos e torturados. Podemos pensar que talvez o processo, a perda do emprego e a caça aos comunistas o tenha levado a deixar as opiniões guardadas. Ao mesmo tempo, contudo, as pessoas o identificaram como comunista até o fim da vida. Seu falecimento foi no ano de 2007.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi buscar fatos e acontecimentos do golpe civil-militar em Lages, Santa Catarina, a fim de elaborar uma releitura histórica. Para alcançar este propósito, perseguimos os seguintes objetivos específicos: a) apresentar fatos inscritos nas memórias de pessoas (exibidas no documentário "Geada de Chumbo, Memórias da Ditadura Militar em Lages", 2021) e nos documentos visitados; b) descrever três personagens da época, Edézio Nery Caon, Jaime Garbelotto e João Rath de Oliveira.

O método de análise está ancorado no materialismo histórico e dialético. Nosso ponto de partida foi o real concreto em sua realidade caótica e contraditória, sabendo que aí se encontrava a sua porta de entrada, informações isoladas e fragmentadas, mas que articuladas constituíam as múltiplas determinações do fenômeno a ser estudado. Nesta abordagem, a verdade é um devir, não um dogma. Uma busca constante. A verdade não está pronta e acabada, pois a sociedade está em constante movimento e, assim, novos olhares podem revelar outros fatos e outras interpretações.

Analisamos documentos produzidos pelas forças repressivas da ditadura, como o Inquérito Policial Militar, e outros relacionados ao Ministério Público Militar e à Justiça Militar, como também fontes orais e escritas provenientes de jornais, entrevistas e do documentário acima citado. Nos rastros deixados pelos documentos e entrevistas, percebemos as tensões nos dias anteriores e posteriores ao golpe de 1964.

Ganhou lugar relevante no conjunto de dados, a escolha de três sujeitos protagonistas atingidos pela ditadura: Edézio Nery Caon, Jaime Garbelotto e João Rath. Várias razões determinaram a escolha destes nomes: eles estão presentes na memória de seus familiares e segmentos sociais e políticos atuais; foram intelectuais forjadores de opinião pública por meio de jornais ou engajados em partidos políticos; todos foram afetados pelo golpe civil-militar.

Entendemos que os três personagens não são indivíduos isolados ou descontextualizados da história e da sociedade. Edézio Nery Caon, Jaime Garbelotto e João

Rath são síntese histórica; transitam da memória individual à coletiva e vice-versa. Eles não estiveram sós. Forjados no coletivo, são parte de um grupo social que não se alinhou à ditadura, muito pelo contrário. Eles representam, simbolicamente, quem sofreu violações pelo regime militar. Foram presos com outros moradores de Lages e de municípios da região. Dada esta relevância, procuramos evidenciar aspectos de suas biografias, descrever processos de busca, interrogatórios e prisões, refletindo o que isto significou para suas vidas e para a sociedade local.

Foram 27 presos pela ditadura militar em Lages, em cujas biografias não entramos em detalhe nesta dissertação. A maioria era ligada ao PTB e às ideias de João Goulart, entre elas a Reforma de Base; outros não eram atuantes na vida política partidária, como Joao Rath que, embora petebista, estava afastado do dia a dia do partido. Mesmo assim, todos foram presos como se fossem subversivos e perigosos, ameaçando a segurança nacional. No IPM assinado pelo capitão Hiran Aguiar de Sousa, porém, somente 14 foram indiciados. João foi um desses. Embora não tenha sido processado, sofreu as consequências da prisão. Contra Edézio pesava o fato de ser do PTB e diretor do Jornal de Lajes, declaradamente trabalhista. Nas páginas do periódico, defendiam-se os projetos do governo de Jango. Jaime foi quem mais tempo ficou na prisão de todos os presos em Lages; foram cerca de três meses, entre Lages e Florianópolis. Por ser filiado ao PCB desde a década de 1950, teve um tratamento “diferenciado” dos outros presos. Era um comunista, o que naqueles tempos consistia em “crime” da maior gravidade. Os presos processados tiveram de conviver com a apreensão durante cinco anos, até que em 1969 fossem inocentados em um julgamento na 5ª Região Militar, em Curitiba, Paraná.

Intencionamos com este trabalho oferecer uma contribuição para a educação e a história de Lages e região do Planalto Catarinense, bem como para o Brasil. Que possa servir de prática de suspeita e desconstrução de conceitos, princípios ou visão de mundo, sobretudo quando o tema foi “revolução ou golpe”, “revolução e desenvolvimento nacional”, “homenagem a torturadores ou ditadores”, “destruição de instituições democráticas”. Que possa servir de problematização dos efeitos da ditadura que perduram e se reproduzem na atualidade por meio de diferentes expressões do autoritarismo e de outras formas de violência, nas ruas, praças, periferias ou prisões brasileiras na segunda metade do século XXI.

Trazemos reflexões que descontroem a ideia pré-concebida de que a repressão do golpe e da ditadura ficaram concentradas nas capitais e nos grandes centros urbanos. Como pudemos demonstrar, de um modo ou de outro ela esteve presente por todo o país. A ditadura se fez sentir

em todos os recantos, como é o caso de Lages, uma cidade geograficamente interiorana e de cultura presidida pelo “poder do atraso”, porque fundada sobre a estrutura latifundiária.

Se uma pesquisa pode conter um testamento, o nosso, registra a disposição de continuar estudando a temática bem como outros temas ainda não desvendados do campo das ciências sociais (história, antropologia, sociologia política e pedagogia), que se constituem em obstáculo para a concretude de uma sociedade local, regional e nacional menos desigual, culturalmente diversa, economicamente justa e politicamente democrática.

Que outras pesquisas venham se somar a esta com o intuito de enriquecer a historiografia local, bem como ilustrar e animar processos educativos formais e não formais que desenvolvem a cidadania e a democracia. Nosso desejo é seguir pesquisando e que outras pessoas possam se interessar pelo tema e trazer mais luz sobre o período em Lages e em Santa Catarina.

Reitera-se a relevância da memória acerca da ditadura, potencializada pela atual conjuntura sombria e crítica que vive a sociedade brasileira.

Ditadura nunca mais!

REFERÊNCIAS

AGENCIA SENADO: Especial: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura. Reportagem de Adriano Faria e André Fontenelle. Brasília-DF, 14 de nov. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>. Acesso em: 22 de jan. 2022.

ALVES, Márcio Moreira. **A Força do Povo: Democracia participativa em Lages.** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BBC: Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva a OAB a pedir sua cassação. Reportagem, de Mariana Della Barba e Marina Wentzlda. São Paulo, Brasil e Basileia, Suíça, 20 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 03 nov. 2019.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 3-42.

BOLL, Friedhelm. O fardo de falar sobre a perseguição nazista na Alemanha. *In*: FERREIRA, Maneta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204 p. ISBN 85-85676-84-1. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Lei nº LEI Nº 12.528, de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. [S. l.], 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ato Institucional nº 2**, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. [S. l.], 1965. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 26 abr. 2021

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. [S. l.], 1968. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 26 abr. 2021

CAFÉ da Manhã: O que foi o AI-5, evocado por Eduardo Bolsonaro. Entrevistado: Carlos Fico. Entrevistadores: Rodrigo Vizeu e Magê Flores. [S.L]: 1º de nov./2019. Podcast. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2019/11/historiador-relembra-o-que-foi-o-ai-5-evocado-por-eduardo-bolsonaro-ouca.shtml>. Acesso em: 08 nov./2019.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 345 p.

CURITIBA. Auditoria da 5ª Região Militar. Sentença, 1969.

CAON, Edézio. **A Revolução é irreversível**. 1979. Não publicado.

EX-PREFEITO Wolny Della Rocca, Correio Lageano, Youtube, 16 de jul. de 2019, 8min03seg. Disponível em: <https://youtu.be/yNpk7OP4arU>. Acesso em 03 de nov. 2020.

FAITA, Suzane; LOCKS, Geraldo Augusto. A AI-5 nas teses e dissertações da capes (2018-2019): memórias para resistir e enfrentar presente. In: COSTA, Antonio Carlos Figueiredo; MAYER, Leandro: **Ensino e aprendizagem da história**: dos anos do fundamental ao curso superior. Itapiranga: Schreiben, 2021, 78 p. DOI 10.29327/542301. Disponível em: <https://www.editoraschreiben.com/> Acesso em 15 de mar. 2022.

FÁVERI, Marlene de. Novembrada. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 24, p. 61, 6 jun. 2018.

FAVERO, Tâmyta Rosa. **Ecoss das narrativas, elos das memórias: nos-acontecimento, jogos de escalas e imprensa no limiar da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. O governo Bolsonaro será uma mistura “explosiva” de autoritarismo e inexperiência, avalia o historiador Carlos Fico. [Entrevista concedida a] Bruno Abbud. **Época**, Rio de Janeiro, 3 de nov. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/o-governo-bolsonaro-sera-uma-mistura-explosiva-de-autoritarismo-inexperiencia-avalia-historiador-carlos-fico-23207395>. Acesso em: 02 nov. 2019.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rev. Bras. Hist. [online]. 2004, vol.24, n.47, pp.29-60.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (184)

GEADA de Chumbo, memórias da ditadura militar em Lages. Direção de Armin Reichert, Jary Carneiro Junior, Suzane Fanta. Lages-SC: Coração Delator, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3kGswp21mlc&t=22s>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GARBELOTTO, Jaime, **Helena**. Lages, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INQUÉRITO Policial Militar. Lages, 2º Batalhão Rodoviário, 1964.

ÍNTEGRA do discurso proferido pelo prefeito Wolny Della Rocca por ocasião da Marcha da Família em Ação de Graças. Correio Lageano, Lages, 29 abr. 1964. Disponível em: http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1964/ED53_29_04_1964_ANO24.pdf.

JOFFITY, Mariana. **A "verdade" sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos**. Dimensões, Espírito Santo, ed. 32, p. 2-28, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/8316>. Acesso em: 26 abr. 2021.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. *In*: FERREIRA, Maneta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 15 de jan. 2022

KAMINSKY, Anne. A integração de conhecimentos históricos na narrativa da própria vida: entrevistas com prisioneiros dos campos soviéticos entre 1945 e 1950 na Alemanha. *In*: FERREIRA, Maneta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Tradução: Célia Neves e Alderico Tobário.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão; Irene Ferreira; Suzana Ferreira Borges. São Paulo: Unicamp, 2013.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Cultura de fazenda e persistência do passado em práticas sociais contemporâneas na serra catarinense**. *In*: PEIXER, Zilma Isabel; CARRARO, José Luís. Povos do campo, educação e natureza. Centro Vianei de Educação Popular. Lages, Grafine, 2016.

LUNA, Vidal Francisco; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. [S. l.]: Zahar, 2014. cap. 5.

MALHEIROS, Eglê. **Litania da Simplicidade**. Revista Sul: Florianópolis-SC, Ano VI, número 19, maio de 1953, página 20.

MARTENDAL, Ari José Celso. **Processos produtivos e trabalho-educação: a incorporação do Caboclo Catarinense na Indústria Madeireira**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados. Fundação Getúlio Vargas, 1980.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich, A Ideologia Alemã. Tradução: Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MASSON, Gisele.; FLACH, Simone de Fátima. **O materialismo histórico-dialético nas pesquisas em Políticas Educacionais**. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, [S. l.], v. 3, p. 1–15, 2018. DOI: 10.5212/retepe.v.3.011. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12384>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MONTEIRO, Tânia. ‘Novo’ Heleno surpreende ala militar. Uol, Brasília, 10 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/11/10/novo-helena-surpreende-ala-militar.htm>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a

influência da cultura política *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964.** [S. l.]: Zahar, 2014. cap. 1.

MUNARIAN, Antônio. **A práxis dos movimentos sociais na região de Lages.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

NAGLE, Leda. **O que Eduardo Bolsonaro REALMENTE falou sobre o AI-5. 2019.53:** 58 min. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=m_cyKtlTpL4>. Acesso em: nov./2019.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p. ISBN 978-85-7743-182-3.

NETO, Rodrigues. **Desmascarem os Tubarões.** Jornal de Lajes, Lages, 28 mar. 1964.

OTTO, Clárcia. **Nos rastros da memória.** Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PARTIDO Comunista Brasileiro (PCB). *In*: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro – DHBB. Rio de Janeiro. CPDOC-FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempo: O processo de constituição do espaço urbano em Lages.** 1. ed. Lages: Uniplac, 2002. 293 p. ISBN 85-89237-01-X.

PODER Judiciário. Despacho. Auditoria da 5ª Região Militar - 5º Distrito Naval e 4ª Zona Aérea. Curitiba/PR. 1965.

PODER Judiciário. Sentença. Auditoria da 5ª Região Militar - 5º Distrito Naval e 4ª Zona Aérea. Curitiba/PR. 1969.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, RJ, v. 02. n. 1, 1989, p.3-15. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> Acesso 15 de dezembro de 2021.

PROCLAMAÇÃO. Guia Serrano, Lages, 10 abril, 1964.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta ano: história e cultura política nacional-estadista. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964.** [S. l.]: Zahar, 2014. cap. 1.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964.** [S. l.]: Zahar, 2014. cap. 2.

ROSEMAN, Mark. Memória sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o holocausto. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204 p. ISBN 85-85676-84-1. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

SALTURI, Luis Afonso. **A memória como objeto de estudo em três autores clássicos franceses: Émile Durkheim, Henri Bergson e Maurice Halbwachs**. IF-Sophia: Revista eletrônica de investigações filosóficas, científicas e tecnológica, v. 1, p. 58-72, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/8678195/A_mem%C3%B3ria_como_objeto_de_estudo_em_tr%C3%AAs_autores_cl%C3%A1ssicos_franceses_%C3%89mile_Durkheim_Henri_Bergson_e_Maurice_Halbwachs. Acesso em: nov./2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. ISBN 978-85-5451-391-7. Kindle.

SOUZA, Eliton Felipe de. **Memória da Operação Barriga Verde: A caça aos comunistas em Santa Catarina**. Perseu: História Memória e Política, São Paulo, nº 11, fascículo 7, 113-145, 2016. Disponível em <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/9>. Acesso em: jan.2022

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: **Individualidade e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980. p. 123-132.

TRANSFERIDA para domingo a Marcha da Família em Ação de Graças. Correio Lageano, Lages, 22 abr. 1964. Disponível em: http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1964/ED51_22_04_1964_ANO24.pdf.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TRIBUNA POPULAR. **O Comício do dia 13**. Jornal de Lajes, Lages, 07 mar. 1964.